

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 40ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – PRONUNCIAMENTOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/5/2019

Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes, Cristiano Silveira e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Propostas de Emenda à Constituição n°s 32 e 33/2019; Projetos de Lei n°s 721, 722, 724 e 726/2019; Requerimentos n°s 1.142 a 1.166/2019 – Requerimento Ordinário n° 496/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e da Pessoa com Deficiência – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Zé Guilherme, das deputadas Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e dos deputados Coronel Sandro, Sargento Rodrigues e Léo Portela – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Mesa; Questão de Ordem – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32/2019

Suprime e acrescenta inciso ao Art. 196 da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica suprimido o inciso VIII do Art. 196, acrescentando-se o inciso XII com a seguinte redação:

“Art. 196 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

XII – provimento de cargo comissionado de Diretor e da função de Vice-Diretor de escola pública, cujo recrutamento deverá levar em consideração, na apuração objetiva do mérito dos indicados, a experiência profissional, a habilitação legal, a titulação, a capacidade de gerenciamento, e a prestação de serviços no estabelecimento por dois anos, pelo menos, vedado o critério de eleição, sendo que as demais condições para provimento do cargo serão estabelecidas em lei estadual.”.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2019.

Coronel Sandro – Bartô – Cássio Soares – Celise Laviola – Bruno Engler – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Delegado Heli Grilo – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Inácio Franco – João Leite – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Repórter Rafael Martins – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Zé Guilherme – Zé Reis.

Justificação: O inciso VIII do art. 196 da Constituição do Estado de Minas Gerais foi declarado inconstitucional em 05 de fevereiro de 1997 – pela ADI 640, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, acórdão publicado no Diário da Justiça em 11/4/1997, sendo relator o então Ministro Sepúlveda Pertence.

O entendimento da Suprema Corte é no sentido de cabe exclusivamente ao Poder Executivo fazer as nomeações para os cargos em comissão de diretores de escolas públicas, na forma prevista no inciso II do artigo 37, da Constituição Federal, não podendo tal prerrogativa ser subtraída com a realização de processo eleitoral para o preenchimento desses cargos.

Em julho de 1991, por meio da Lei nº 10.486, o Governo do Estado de Minas Gerais regulamentou o artigo 196 da Constituição Estadual, lei essa também declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da citada ADI 640, o mesmo ocorrendo em relação ao Decreto n. 32.855/91.

De acordo com os dispositivos legais declarados inconstitucionais tanto pelo STF quanto pela Corte Superior do Tribunal de Justiça, a escolha do diretor e vice-diretor de escola passaria a ser feita com a participação da comunidade escolar, por meio do processo de seleção competitiva interna (SECOM) que compreendia duas etapas.

A primeira consistiria de provas para avaliação de titulação e da capacidade de gerenciamento do candidato. A segunda etapa consistiria da apuração da aptidão para a liderança, feita pela comunidade escolar, através de uma “eleição”, cujos candidatos concorrentes seriam aqueles eleitos diretamente pela comunidade.

A Proposta de Emenda Constitucional em tela, muito embora venha a eliminar o processo de eleição, que causa geralmente tumulto na comunidade escolar, por outro lado preserva o critério de recrutamento por meio da capacidade de gerenciamento do indicado, bem como provas para avaliação de titulação.

Desta forma, solicitamos o apoio de todos os Pares em torno da aprovação desta proposta de emenda constitucional.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33/2019

Dê-se ao *caput* do art. 34 a seguinte redação:

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º –

“Art. 34 – Fica garantida a liberação do servidor público para exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa de servidores públicos, de âmbito estadual, sem ônus para o Estado.”.

Sala das Reuniões, 30 de abril de 2019.

Bartô – Antonio Carlos Arantes – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Roberto Andrade – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Antonio Carlos Arantes e outros. Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 721/2019

Determina o uso obrigatório de capacetes e a contratação de seguro para os usuários de patinetes elétricos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As empresas que disponibilizam patinetes elétricos ficam obrigadas a fornecer capacetes aos condutores, que serão obrigados a utilizá-los durante o uso dos patinetes.

Parágrafo único – Para efeitos desta Lei, entende-se por patinete todo equipamento de duas ou três rodas, provido de motor de propulsão elétrica e cuja velocidade máxima declarada pelo fabricante não ultrapasse 30 km/h (trinta quilômetros por hora).

Art. 2º – As empresas que disponibilizam patinetes elétricos ficam obrigadas a contratar um seguro obrigatório para seus usuários para fins de cobertura em razão de morte por acidente, danos contra terceiros, invalidez parcial ou total, permanente ou temporária.

Art. 3º – As empresas que disponibilizam patinetes elétricos ficam obrigadas a informar aos usuários sobre todas as regras pertinentes ao uso do equipamento elétrico, promovendo a segurança e o respeito às leis de trânsito e aos locais de circulação.

Art. 4º – O Poder Executivo irá adotar as medidas necessárias para fiscalizar o cumprimento desta lei e realizará campanhas de conscientização sobre o uso destes equipamentos.

Art. 5º – As empresas e os condutores que descumprirem esta lei estarão sujeitos as seguintes sanções:

I – Advertência.

II – Multa de 50 UFIRs - MG.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2019.

Deputado Professor Irineu, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e Presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (PSL).

Justificação: Diante dos longos congestionamentos e das dificuldades com o transporte público, patinetes elétricos surgem como uma boa opção para facilitar a locomoção das pessoas nas grandes cidades. Os equipamentos são compartilhados e o pagamento é feito por um aplicativo no celular.

Nos últimos meses, houve um grande aumento de usuários e também de acidentes causados. Afinal de contas, quase ninguém utiliza equipamentos de proteção e as consequências variam desde uma simples lesão até fraturas graves.

O capacete é o mínimo para se ter uma viagem segura e por isso deve ser obrigatório. A responsabilidade é das empresas que oferecem o serviço, mas também dos condutores que devem se proteger e respeitar as regras estabelecidas para circular com o equipamento elétrico.

É importante que as empresas contratem um seguro obrigatório para seus usuários para fins de cobertura em razão de morte por acidente, danos contra terceiros, invalidez parcial ou total, permanente ou temporária.

Considerando a relevância desta matéria, peço o apoio dos meus nobres colegas para a aprovação deste Projeto de Lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 689/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 722/2019

Declara de utilidade pública a Associação Artística Janet Finatti, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Artística Janet Finatti, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2019.

Deputado Professor Cleiton (DC)

Justificação: A Associação foi fundada no ano de 2005 e agrega em seu quadro de associados poetas, artistas, músicos, artesãos e vários outros artistas de Varginha.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos de promoção humana, de bem estar, visando beneficiar aos carentes de recursos disseminando a cultura.

A Associação trabalha junto à Comunidade na promoção humana, bem estar e levando a cultura às pessoas mais carentes da sociedade, tendo como seus principais atendidos jovens e crianças na formação humana e fomento à atividade criativa.

Os trabalhos desenvolvidos pela Associação são fundamentais na região de varginha, sendo um dos pioneiros no fomento de disseminação da cultura, razão pela qual se espera a aprovação da proposta ora apresentada.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 724/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Fabricantes e Revendedores de motocicletas, bicicletas e patinetes alugados, mecânicos ou elétricos, criarem e fazer a divulgação de campanhas publicitárias sobre os riscos das pessoas que pilotam esses veículos, não observarem as normas de trânsito no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É obrigatória a criação e divulgação de campanhas publicitárias referente os riscos das pessoas pilotarem motocicletas, bicicletas e patinetes , sem a observância das normas do Código de trânsito Brasileiro, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – A criação e a divulgação das campanhas, será feita pelos Empresários Fabricantes e Revendedores de motocicletas, bicicletas e patinetes alugados, mecânicos ou elétricos.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2019.

Deputado Carlos Henrique, 2º-Secretário (PRB).

Justificação: Já não há dúvidas de que as bicicletas e os patinetes deixaram de servir apenas para o lazer. Particulares ou alugados, mecânicos ou elétricos, eles já integram políticas públicas de mobilidade como alternativas ao trânsito caótico de carros e motos e ao insuficiente sistema de transporte público. Contudo, essas pessoas, juntamente com os motociclistas não estão respeitando as normas, gerando além do aumento do trânsito, vários acidentes.

É grande, a imprudência dos usuários. Poucos são os que utilizam capacetes e outros itens de segurança. Ao transitar pelas ruas, vimos pessoas usando esses veículos de maneira irregular e inadequada, por exemplo, carregando pastas e bolsas em uma das mãos, falando ao celular ou dando carona, alguns até se arriscam trafegando em meio aos carros, ônibus e caminhões. Sem contar os que sobem em calçadas e faixas de segurança colocando em risco os próprios pedestres.

Portanto, As empresas precisam se apresentar como protagonistas na conscientização dos seus profissionais para o uso seguro desses novos meios de transporte , criando campanhas publicitárias sobre o assunto. Nesse caso, treinamentos teóricos e práticos, aliados às políticas escritas e de pleno conhecimento por todos nas empresas, podem ser diferenciais para a redução de riscos e responsabilidades para todos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 726/2019

Dispõe sobre a comercialização de uniformes escolares no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os estabelecimentos de ensino estaduais públicos e privados são obrigados a fornecer o modelo e as especificações técnicas do uniforme escolar e o logotipo da instituição para os fornecedores interessados na produção e na comercialização dos referidos uniformes.

Parágrafo único – Os estabelecimentos de ensino a que se refere o caput divulgarão o nome dos fornecedores que comercializam os uniformes.

Art. 2º – Os resultados obtidos pelos estabelecimentos de ensinos através de pesquisa entre os fornecedores serão amplamente divulgados no meio da comunidade escolar.

Parágrafo único – Caso exista apenas um fornecedor capacitado para venda do uniforme, deve ser feita pesquisa de mercado para posterior fixação do preço do produto.

Art. 3º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades constantes na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de maio de 2019.

Deputado Raul Belém (PSC)

Justificação: Este projeto de lei busca preservar a livre concorrência entre os estabelecimentos fornecedores de peças que compõem o uniforme escolar, garantindo, assim, de forma efetiva, o direito dos consumidores, uma vez que é muito comum que as escolas cadastrem fornecedores para venda de uniforme e em muitos casos indiquem apenas um comerciante, o que é extremamente prejudicial ao consumidor, tendo em vista que fornecedor geralmente impõe o preço que bem entende, estabelecendo, assim, uma vantagem manifestamente excessiva, prática essa vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, e que deixa os pais e responsáveis completamente reféns dos preços estabelecidos por fornecedores vinculados a determinadas escolas.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cabo Júlio. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.280/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.142/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Irmã Maria, em Bom Despacho, pelo cinquentenário de sua fundação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 1.143/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º-Ten. PM Geraldo Donizete da Silva pelos relevantes serviços prestados à Polícia Militar de Minas Gerais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.144/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Catiane Ferreira Gomes pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.145/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Marcela Valadão Ferreira pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.146/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Huanda Gleice de Jesus pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.147/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Camila Andrade Almeida pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.148/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Gimara Oliveira pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.149/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Meiry Geraldo pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.150/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Paula Angelina dos Santos pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.151/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Daisy Ramos pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.152/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Deise Nogueira Sousa pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.153/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Lú Alves pela coautoria do livro *Unidas pelo Autismo*, que reúne histórias de aprendizado e superação de dez mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro do autismo. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 1.154/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura de Santa Cruz de Minas e a Escola Municipal Luzia Ferreira, nesse município, pelo pioneirismo na implantação do projeto Gestão Escolar Compartilhada, em parceria com a Polícia Militar, que possibilitou a estruturação de um estabelecimento de ensino regido pelos princípios da ética, da cidadania e do patriotismo. (– À Comissão de Educação.)

Nº 1.155/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais pedido de informações sobre o cumprimento do disposto na Cartilha do ICMS Esportivo do governo do Estado sobre a necessidade de os programas e projetos que promovam a prática desportiva de rendimento terem os resultados de suas competições considerados para fins de pontuação no *ranking* da Federação na respectiva modalidade esportiva. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.156/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a realização, em 2019, dos tradicionais Jogos do Interior de Minas – Jimi – e seu período de realização, especificando se serão realizados nos mesmos moldes das edições anteriores, com utilização do sistema de disputa regional e final já consagrado e com as mesmas modalidades esportivas, coletivas e individuais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.157/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Rádio Paraisópolis pelos 65 anos de sua fundação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.158/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado pela intempestiva fusão das Secretarias de Estado de Cultura e de Turismo antes da conclusão da tramitação do Projeto de Lei nº 367/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.159/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto de Laticínios Cândido Tostes – ILCT –, vinculado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, pelos 84 anos de sua criação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 1.160/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura e à Companhia Brasileira de Trens Urbanos pedido de informações sobre os planos e projetos de ampliação do metrô de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.161/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, ministro da Infraestrutura, pelo não comparecimento, nem envio de representante, à 5ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a extensão do metrô de Belo Horizonte até a região do Barreiro, por solicitação do bloco carnavalesco e cultural Esperando o Metrô. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.162/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à Companhia Brasileira de Trens Urbanos pelo aumento de 136% no preço da tarifa do metrô de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.163/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja criado um fórum democrático sobre a mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a participação de movimentos sociais, parlamentares estaduais e municipais e representantes do bloco Esperando o Metrô. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.164/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no relato da situação financeira atual da Cemig, bem como no esclarecimento das providências adotadas acerca dos mais de 700 cargos ocupados por pessoas com salários médios de R\$ 38.000,00, conforme informação do governador no início do mandato. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.165/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado à Superintendência da Receita Federal em Minas Gerais pedido de providências para que mantenha a Delegacia da Receita Federal no Município de Poços Caldas.

Nº 1.166/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o paratleta Leandro Caio de Lima Bento pela vitoriosa participação no Abu Dabhi Grand Slam Oficial, realizado nos Emirados Árabes Unidos, representando o *jiu-jitsu* mineiro e brasileiro. (– À Comissão de Esporte.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 496/2019

– O Requerimento Ordinário nº 496/2019 foi publicado na edição anterior.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Transporte, de Desenvolvimento Econômico, de Assuntos Municipais e da Pessoa com Deficiência.

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Franciscano Sagrada Família, de Belo Horizonte. Muito obrigado pela presença de vocês.

Oradores Inscritos

– O deputado Zé Guilherme e a deputada Ana Paula Siqueira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Andréia de Jesus.

– A deputada Andréia de Jesus e os deputados Coronel Sandro, Sargento Rodrigues e Léo Portela proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA MESA

– A decisão da Mesa lida pelo presidente nesta reunião foi publicada na edição anterior.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – A questão de ordem é exatamente sobre o não acatamento do requerimento sobre o qual foi lida a decisão da presidência. Presidente, ouvi o colega deputado que me antecedeu. Realmente, seria hipocrisia, por parte do Parlamento, não entender que nenhum secretário vai exercer o cargo com essa complexidade com um salário de R\$10.500,00. Por mais que eu defenda as prerrogativas do Parlamento, nós aprovamos este requerimento assinado por seis deputados: este deputado, os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Roberto Andrade e Raul Belém e a deputada Beatriz Cerqueira. Este requerimento foi aprovado pedindo à Mesa. E o que diz o art. 66 da Constituição do Estado? “São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição: I – da Mesa da Assembleia... c) os subsídios do governador, do Vice-Governador e do Secretário de Estado, observado o disposto nos arts. 150, caput, II, 153; caput, III e § 2º, I, da Constituição da República”. Em momento algum, a rejeição do requerimento citou qualquer dispositivo regimental. Para rejeitar o requerimento, a Mesa da Assembleia deveria fundamentar com base no Regimento Interno. Sabe por que, deputado Cleitinho? Porque a administração pública, em seu art. 37... É uma das coisas que aprendemos no começo do curso de direito. Lá, criaram até uma sigla, que é a Limp: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Enfim, a administração pública é regida, primeiro, pelo princípio da legalidade e não há, na fundamentação de não apreciação e não rejeição do requerimento, nenhum fundamento legal. Deputado João Vítor, sou um crítico ferrenho também do governo Zema. O governo Zema vem errando muito, deputado Cleitinho, em não ouvir a classe política, em não conversar, em não criar uma base sólida e não ter articulação. Nós acabamos com o chamado jetom, porque era uma pouca-vergonha. Você recebe um salário de R\$10.500,00 bruto como secretário e depois quer criar uma série de subterfúgios. Acabamos com isso. Ora, quanto ganha, hoje, um promotor no início de carreira? Ele ganha R\$30.000,00. Quanto ganha um juiz? São R\$30.000,00. Quanto ganha um deputado estadual? Ganha R\$25.322,00. Quanto ganha um defensor público, cujo reajuste foi votado, no ano passado, pela Assembleia e muitos que hoje criticam votaram a favor? Eu fui o único deputado que tentou impedir. O único da legislatura que tentou impedir a aprovação de 8,5% para os membros da Defensoria. Hoje, o salário deles é de R\$24.000,00. Devemos, então, deixar uma coisa de lado. Não tenho parente secretário, não tenho amigo, não tenho nenhuma ligação com o governo. Fiz uma oposição

ferrenha ao governo, durante a campanha, mas achar que um secretário de Estado vai trabalhar e exercer uma função complexa com o salário de R\$10.500,00 chama-se hipocrisia. Hipocrisia e não há outra palavra! O que percebemos aqui? Vi o deputado Alencar colhendo assinatura para apresentar o recurso. Trata-se muito mais de uma questão política do que de mérito. Ele quer que o governador peça e não que ele entenda que o secretário está ganhando bem. Ele sabe que o secretário está ganhando mal e por quê? O coronel, em final de carreira, ganha R\$29.000,00; um delegado-geral de polícia ganha R\$29.000,00. Qual secretário vai trabalhar ganhando R\$10.500,00? Temos que tomar muito cuidado, nesse afã de querer fazer oposição ao governo, para não cair na hipocrisia. A rejeição do requerimento lida por V. Exa., na função de presidente da reunião, não tem nenhum respaldo jurídico-constitucional em relação ao Regimento. A nossa Bíblia é o Regimento. A Constituição do Estado determina que a Mesa da Assembleia deflagre o processo. O que nós aprovamos ontem, na Comissão de Administração Pública? Requerimento solicitando à Mesa que deflagre o processo. Cabe à Mesa avaliar. A rejeição do requerimento aqui lida não tem nenhum respaldo regimental. Eu não vi nenhum artigo. Citou a Lei de Responsabilidade Fiscal, citou isso, citou aquilo, citou tudo, menos o Regimento Interno. E aqui nós estamos tratando do processo legislativo. V. Exa. está na tribuna porque há um processo legislativo, um Regimento que fala que o senhor pode pedir uma questão de ordem, pode pedir um aparte. Há a fase do pinga-fogo, a fase em que se vota o requerimento, a fase em que se vota o projeto. Então temos que parar de hipocrisia. Eu votei a favor para tirar o jetom, mas entendo que o secretário ganhar R\$10.500,00 é hipocrisia. E quem disser o contrário está praticando a hipocrisia. Com relação à decisão da Mesa, fiz aqui os questionamentos. E apenas para alertar o senhor, presidente. Antes de V. Exa. se sentar na cadeira e proferir essa decisão, eu já havia conversado com o diretor de processo legislativo e os demais assessores da Mesa, e eles falaram: “Não pode mais, deputado, já deu como recebido na fase anterior”. Só para V. Exa. ter conhecimento. Então fica aqui a questão de ordem registrada.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foi aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.165/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Transporte – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 14/5/2019, dos Requerimentos nºs 913/2019, do deputado Elismar Prado, 965 a 968/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 1.015/2019, da Comissão de Direitos Humanos;

de Desenvolvimento Econômico – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 14/5/2019, dos Requerimentos nºs 936/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e 990/2019, da Comissão de Direitos Humanos;

de Assuntos Municipais – aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, em 15/5/2019, dos Requerimentos nºs 976/2019, do deputado Duarte Bechir, e 977/2019, do deputado Raul Belém; e

da Pessoa com Deficiência – aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 14/5/2019, dos Requerimentos nºs 1.048 a 1.050/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O deputado Cleitinho Azevedo – Sr. Presidente, muito obrigado. Boa tarde a todos e a todas. Pegando a palavra do nosso deputado Sargento Rodrigues, a quem respeito, por quem tenho admiração, pois venho aprendendo muito com ele aqui, quando ele fala sobre a questão do subsídio dos secretários, que, se alguém for contra, está praticando demagogia e hipocrisia, eu vou falar por mim. Eu sou contra o aumento do subsídio do secretário, e não estou praticando demagogia, nem hipocrisia. Quem pratica demagogia e hipocrisia é quem senta numa mesa para ser entrevistado, e lá já há o valor do salário. Ninguém é obrigado a estar aqui ou estar lá como secretário. Quando ele entrou como secretário, já sabia que o valor era aquele. Então entrou porque quis. Hipocrisia e

demagogia é de um governo que eu apoiei e tenho obrigação agora de cobrar, porque fui um dos únicos deputados aqui que apoiou o governador Romeu Zema. Então eu tenho obrigação de cobrar dele. Se eu votei nele e o apoiei, tenho que cobrar dele. Eu falo isso para você que votou em mim, para você que me acompanha. Cobre de mim. Se votou em mim, é para cobrar de mim agora. As minhas ideias têm de corresponder aos fatos. Então a hipocrisia de um governo desse é ir lá no cartório e registrar que, se o governo estivesse com salário de servidor atrasado, nem secretário ia receber. Aí a demagogia está no seguinte: está falando que o Estado está quebrado, que o Estado deve bilhões. E como é que agora vai fazer uma movimentação para aumentar salário de secretário? Não é nada contra nenhum secretário, gente, não tenho nada contra nenhum secretário. O sol nasce para todos. Só que eu quero entender esse governo que fala que o Estado está quebrado, que tira a escola integral, que tira vigilantes da escola porque está sem dinheiro, e agora tem dinheiro para aumentar salário de secretário? Quando o secretário, em janeiro ou dezembro, começou a articular para ser secretário, ele já sabia o seu salário. Ele está aqui porque quer, ele não é obrigado a estar aqui. Então, se ele não está satisfeito com seu salário, ele vai procurar um salário melhor. Hipocrisia e demagogia é um governo que falou que se estivesse com o salário de servidor atrasado, não ia pagar nem secretário nem governador. E quer aumentar o salário de secretário? Então hipocrisia está aí. Então eu não estou sendo hipócrita. E se um projeto desse vier para cá, eu voto “não” com prazer. Já estou avisando o meu voto, não volto atrás, e vou votar “não”. Outra coisa que eu queria falar aqui, Sr. Presidente, é que estávamos com o nosso líder de bancada, Gustavo, e ele disse que depois que destrancassem a pauta, que acabassem os vetos, a gente ia priorizar agora os projetos. E há um projeto aqui, do Alencar da Silveira Jr., que eu quero apoiar, porque acho que, quando o projeto é bom, a gente está aqui para apoiar. Eu ia até entrar com esse projeto, mas quando eu vi que ele já tinha entrado e estava nas comissões... Acho que esta Casa tem que colocar esse projeto urgentemente. Esse projeto é sobre a questão do IPVA. Aquele cidadão que é pego numa blitz, está com o IPVA atrasado, e apreendem o carro dele... Por que têm que apreender o carro dele? O carro é dele. Já pensou se você estiver com o IPTU atrasado? O prefeito vai tomar sua casa? Já pensou nesse cidadão que está desempregado hoje, porque o governo fez ele ficar desempregado? Foi o governo que fez ele ficar desempregado. Ele não tem condição de pagar o IPVA e para numa blitz, e ele está sem condição, porque tem muita gente que não paga IPVA porque está sem condição de pagar. Você vai lá e apreende o carro dele? E só para ele tirar o carro tem guincho, tem que pagar isso, tem que pagar o IPVA atrasado, e ele não consegue tirar o carro. O carro dele fica lá. Tem que pagar? Tudo bem. Querem que todo mundo pague, quer dizer, se um pagou, aquele que não paga tem que pagar. Tudo bem. Então, que pague. Mas não tomem o carro dele, não. Ele vai tomar uma multa e, depois, quando tiver dinheiro, vai lá e paga o IPVA. Mas não apreendam o carro dele. Então, esse projeto é justo, é um projeto em que todo mundo tem que votar a favor. E quero comungar com o deputado Alencar da Silveira Jr., porque ele tem o meu apoio. Eu ia apresentar esse projeto, mas, como ele colocou, quero apoiar. Tomara que esse projeto venha rápido, para a gente votar aqui e fazer justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, nobre colega Cristiano Silveira, que brilhantemente comanda hoje a nossa Casa Legislativa. Sr. Presidente, até que enfim o governo estadual resolveu atender nossos municípios mineiros, através do BDMG. Ainda bem. Segundo notícias do jornal O Tempo, o governador de Minas Gerais em exercício, Paulo Brant, e o presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG -, Sérgio Gusmão, anunciaram R\$200.000.000,00 em financiamentos para todos os 853 municípios mineiros. A novidade da modalidade é que as prefeituras não terão que pagar juros durante o período de carência, e os prefeitos poderão solicitar o reembolso de intervenções executadas a partir de junho deste ano. Desde fevereiro tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 373/2019, de nossa autoria, que autoriza o Estado a assumir a dívida dos Municípios com o BDMG, na tentativa de socorrer as cidades que estão com suas economias engessadas, sem qualquer previsão de continuidade de serviços e investimentos e ainda estão com seus recursos comprometidos com o pagamento de financiamentos com aquele banco. Ou seja, o Estado, reconhecendo o que já havíamos apontado em nosso projeto de lei, veio, através dessa nova medida de financiamento, abrir crédito diretamente aos municípios, através do BDMG, por concluir pela necessidade imediata de dispor de socorro financeiro, pois muitos já decretaram suas calamidades financeiras. Então, ficamos felizes em saber que de alguma forma contribuímos para essa decisão do governo estadual. É muito bom saber, mas tramita o nosso projeto, que será analisado. Também quero deixar claro e informar sobre a

nossa comissão de turismo e gastronomia. Nosso primeiro ato de mandato foi requerer a abertura da comissão extraordinária de turismo e gastronomia, para atender esses dois setores, que podem imediatamente gerar investimentos. Tivemos agora, nesta semana, uma reunião muito boa, em que esteve presente o ministro do Turismo, e nós deixamos claro sobre a necessidade de fomentarmos o turismo e a gastronomia em Minas Gerais, principalmente em cidades pequenas, que passam necessidade, que ficam reféns de mineradores. E o minério pode acabar, e não terão mais o que fazer. Então, estamos fomentando isso. Falamos com os ministros, fizemos essa comissão, recebemos vários representantes de órgãos de suma importância do Estado de Minas Gerais, de várias regiões de Minas na nossa comissão que aconteceu esta semana. Vale registrar que já fizemos requerimento para a realização de audiência pública para discutir a relevância do queijo artesanal para o desenvolvimento das nossas Minas Gerais. E muito mais do que isso, estamos trabalhando em vários setores. E convido todos os deputados para participarem dessas audiências, todas as quintas-feiras às 16 horas. Turismo e gastronomia. Sempre as ideias são bem colocadas. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Sr. Presidente, estou chegando, neste exato momento, da região de Venda Nova, região importantíssima da cidade de Belo Horizonte e, mais uma vez, está alagada, com carros arrastados pela rua. A Vilarinho, mais uma vez, parecendo um piscinão, e o povo de Belo Horizonte, mais uma vez, sofrendo com a chuva ou com a falta de obras de infraestrutura para evitar que a cidade fique alagada a cada chuva mais forte. Mais uma vez, a cidade de Belo Horizonte alagada, mais uma vez, a Av. Vilarinho alagada e, mais uma vez, Belo Horizonte pagando a conta pela falta de planejamento das últimas décadas e a falta de execução das obras necessárias. No ano passado, tivemos uma mãe e uma filha mortas pelo alagamento na Vilarinho, abraçadas com um terço na mão. Vamos precisar passar por isso de novo? Vamos precisar ter outra família vitimada? Vamos precisar ter outro pai e outra mãe chorando para que Belo Horizonte faça as obras de que precisa? Belo Horizonte precisa de obras de infraestrutura. Vamos acordar. Nossa cidade parou no tempo. Nossa cidade precisa de obras de infraestrutura. Durante o governo passado, a política do prefeito era colocar placa: “Não pare o carro aqui, risco de enchente”. “Não pare o carro aqui, risco de enchente”. Isso não resolve o problema, gente. Tanto não resolve que continua alagando, e as pessoas continuam perdendo o seu patrimônio. O pai que luta para comprar um carro, que luta para pagar a prestação, para pagar um financiamento perde o carro na enchente. Não acabou de pagar o carro, mas já o perdeu na enchente. Quando perde o carro, ainda está bom, porque temos gente perdendo a vida, em Belo Horizonte, porque a cidade não faz as obras necessárias. E a cidade tem dinheiro para isso. Temos um IPTU altíssimo, temos um IPTU que faz sobrar dinheiro em caixa para fazer as obras. Então, vamos fazer as obras de que a cidade precisa. Não dá para o nosso povo continuar morrendo por falta de obra de infraestrutura. No ano passado, morreram uma mãe e uma filha. Não foi feita uma obra no lugar, não foi iniciada uma obra no lugar, e já tivemos outra enchente, com mais carros sendo arrastados, com mais gente tendo a vida em risco, com mais gente perdendo o seu patrimônio. Só pela obra e graça de Deus não tivemos mais gente perdendo a sua vida. Está na hora de Belo Horizonte fazer o que precisa. E o que precisa é obra de infraestrutura para melhorar a condição da cidade, que está parada e atrasada. Belo Horizonte parou no tempo.

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, vim aqui porque chegou hoje ao meu conhecimento uma portaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, publicada no dia 8 de maio. A portaria, no seu art. 7º, inciso II, resolve conceder prisão domiciliar aos presos de regime semiaberto que estão a até seis meses do benefício da progressão de regime, do livramento condicional ou do fim da pena, permitindo que presos do regime fechado que estão a até seis meses da progressão de regime ocupem os espaços disponibilizados pelo semiaberto, mantendo os demais rigores do regime. Isso é uma decisão que não é pública. Tanto que demorou cinco dias para eu, que sou deputado, saber. O que dirá a população! É uma decisão de colocar mais bandido nas ruas de Minas Gerais. Vivemos, hoje, um déficit em todas as forças de segurança. A gente não conseguiu nem fazer o CFSD, para colocar mais polícia na rua. A situação da segurança pública, em nosso estado, é caótica. O povo mineiro não aguenta mais viver com medo. O povo mineiro não aguenta mais viver preso dentro da própria casa, sem poder sair à noite, porque, se sair, não tem certeza que vai voltar ou se vai voltar com os seus pertences. E vem o Tribunal de Justiça na contramão, com a decisão de soltar mais bandido, na situação em que a gente está! Já não basta o processo penal ser uma mãe... Ninguém cumpre a pena inteira, cheio de progressões, cheio de benefícios, e a gente ainda tem

que ver uma decisão completamente arbitrária, de se soltar um grande número dos nossos detentos na rua. Isso é um absurdo. Isso é um absurdo! Isso aí coloca em risco o cidadão de Minas Gerais. Um Estado que sofre com segurança pública, onde as polícias estão se desdobrando para garantir a nossa segurança porque o déficit é calamitoso, e vem o Tribunal de Justiça com essa decisão ridícula de soltar mais bandidos nas ruas de Minas Gerais? Esse tipo de coisa é inaceitável, não é isso que o povo de Minas Gerais quer. Precisamos é de mais polícia na rua, e não de mais bandido.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, ontem, na Comissão de Agropecuária e Agroindústria desta Assembleia, tivemos a oportunidade de realizar um evento em que reunimos a cadeia produtiva do nosso pescado, da nossa aquicultura de Minas Gerais. Minas Gerais possui um enorme potencial na produção de peixes e vem crescendo nos últimos tempos, mas muito aquém do potencial que ainda possui. Foram discutidas diversas possibilidades. Esteve presente aqui o secretário adjunto da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que trouxe boas novas do governo federal. Ele está procurando dentro de ações concretas viabilizar o nosso agronegócio. Juntamente, o agronegócio da aquicultura em Minas Gerais será beneficiado com essas medidas do nosso governo federal. Gostaria de destacar aqui também a importância, para o nosso agronegócio, da profissão do zootecnista. O dia 13 de maio é o Dia Nacional do Zootecnista. A zootecnia existe no Brasil desde 1966, e a profissão foi regulamentada em 1968. E o dia 13 de maio foi escolhido como Dia do Zootecnista justamente por ter sido o dia da primeira aula inaugural do primeiro curso de zootecnia no Brasil, em 1966. Ficam aqui os meus parabéns a todos os zootecnistas do Brasil, especificamente de Minas Gerais. O zootecnista é um profissional fundamental no crescimento do nosso país, no crescimento da produção de proteína animal, com bem-estar dos animais e respeito ao meio ambiente. É um verdadeiro engenheiro da produção animal. Um forte abraço a cada amigo, a cada companheiro pela data da sua profissão. Outro assunto me traz aqui também, Sr. Presidente, como membro da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude. Gostaria de trazer o convite e registrar que, no próximo final de semana, nas instalações do Minas Tênis Clube, ocorrerá a 15ª Copa Minas de Judô. É um evento que envolve 1.200 atletas de diversas faixas etárias, mostrando a pujança, a importância do esporte em nosso estado. O esporte movimenta toda a cadeia econômica no Estado de Minas Gerais, é importante para o turismo na cidade de Belo Horizonte, é importante para a cultura, especialmente para a integração dos nossos jovens, que, através da prática esportiva, adquirem valores tão caros de cidadania. Dentre os valores, gostaria de destacar aqui o espírito de corpo, a camaradagem, o espírito de equipe. Mesmo em um esporte individual como o judô, sempre há o trabalho de uma equipe por trás daquele atleta: um técnico, uma equipe médica, equipe de fisioterapia, psicólogos. Então, o esporte envolve muito essa questão do espírito de corpo. Além disso, é a busca constante pela excelência, o treinamento constante, a busca do melhor desempenho. Outro valor determinante é a disciplina. Só se conseguem bons resultados com a disciplina. Por fim e, talvez, o mais importante é a honestidade: um verdadeiro atleta sabe que uma vitória só tem valor se for conquistada com ética, com respeito pelo seu adversário. Fica aqui o meu convite enaltecendo a prática esportiva em todo o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Doutor Paulo – Boa tarde, presidente, deputado Cristiano da Silveira. Gostaria de estar passando hoje aos nobres deputados que, na tarde de ontem, fui recebido, na Cidade Administrativa, pelo secretário de Saúde, Dr. Carlos Eduardo, e levei a ele a dificuldade que nós estamos enfrentando nos hospitais regionais do Estado, em especial no Hospital Regional Samuel Libânio, da cidade de Pouso Alegre. Esteve comigo, na oportunidade, o conselho diretor da fundação que administra e gerencia o hospital-escola e a Universidade do Vale do Sapucaí. Passamos ao secretário a nossa dificuldade no que tange ao repasse dos recursos estaduais, em especial aos repasses do extrapolamento do hospital, com a elevação do teto de gastos de urgência, emergência, internações e leitos. Foi-nos prometido pelo secretário, naquela oportunidade, que ele estaria repassando, de forma integral, os recursos destinados à urgência e emergência daquele hospital e também os recursos do governo federal, por meio do Ministério da Saúde, e que ele estaria repassando de forma proporcional ao extrapolamento que o hospital vem tendo há longa data. Cobrei também do secretário o fornecimento dos medicamentos das regionais de saúde, que estão passando, em todo o Estado, por falta de medicamento, alguns de repasse do governo federal e outros específicos do governo estadual. As prefeituras têm passado dificuldade,

pois a população procura pelo medicamento na regional de saúde e, não o encontrando, vai às prefeituras, na Secretaria de Saúde. São medicamentos de suma importância para a população, para o tratamento de doenças raras e doenças crônicas; são medicamentos caros e que não se encontram em farmácia, mesmo se podendo comprar. Então, saímos de lá com o compromisso do secretário de que, ao longo desse primeiro semestre, já ir colocando em ordem os repasses aos hospitais de todo o Estado de Minas Gerais e, em especial – representando a minha região sul-mineira – ao nosso Hospital Samuel Libânio. Muito obrigado, presidente.

A deputada Andréia de Jesus – Queria aproveitar, presidente, a oportunidade para falar da decisão que o Tribunal de Justiça apresentou. Acho importante, inclusive, que o colega deputado a tenha lido aqui. Quero parabenizar o Tribunal de Justiça pela decisão. Sou abolicionista penal e não acredito, de forma alguma, que esse encarceramento em massa vá dar solução para a violência ou, muito menos, para a criminalidade. Então, quero aqui registrar os meus parabéns ao Tribunal de Justiça. Estamos, sim, empenhando-nos em uma agenda de desencarceramento. Precisamos ter responsabilidade não só no discurso de direitos humanos, mas também nas práticas de direitos humanos, e o papel do Tribunal de Justiça é ímpar nesse processo. Garantir que as pessoas que ainda não foram condenadas possam ter uma segunda chance de responder ao processo, como toda e qualquer pessoa que está respondendo, em liberdade é garantir direitos humanos. Portanto, quero aqui registrar meus parabéns ao Tribunal Justiça.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.700, 2.512, 2.783, 2.843, 2.853, 2.854, 2.855 e 3.085/2015 e 668/2019, no 1º turno (Ana Paula Siqueira); 1.326, 2.522, 2.617, 2.971 e 3.102/2015, 4.451/2017 e 674 e 684/2019, no 1º turno, 2.731/2015 e 3.709/2016, em turno único (Bruno Engler); 1.830, 2.520, 2.718, 2.719, 2.722, 2.879, 2.991 e 3.115/2015 e 672 e 678, no 1º turno e 670/2019, em turno único (Celise Laviola); Projetos de Lei nºs 2.602, 2.779, 2.983, 2.990/2015 e 3.219/2016, todos no 1º turno, Projeto de Resolução nº 31/2015, no 1º turno, e Projetos de Lei nºs 2.564/2015, no 1º turno, e 667 e 676/2019, em turno único (Charles Santos); Projetos de Lei nºs 1.029, 2.555, 2.662, 2.717, 2.865 e 2.886/2015 e 669, 679/2019, Projeto de Lei Complementar nº 6/2019, no 1º turno (Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei nºs 2.506, 2.811 e 3.162/2015 e 685/2019, no 1º turno, 2.788 e 2.864/2015 e 3.540/2016, em turno único (Guilherme da Cunha) e Projetos de Lei nºs 867, 2.507, 2.597 e 3.155/2015 e 383 e 673/2019, Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2019, no 1º turno, e Projeto de Lei nº 3.723/2016, em turno único (Zé Reis). O presidente informa que a deputada Ana Paula Siqueira abdicou da relatoria do Projeto de Lei nº 383/2019. Comunica também que será solicitada a reiteração do requerimento de pedido de informações referente ao Projeto de Lei nº 3.712/2016 Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 82 e 232/2019 (relator: deputado Zé Reis) e 4.880/2017 (relatora: deputada Celise Laviola), este com as Emendas nºs 1, 2 e 3; pela

juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 152/2019 (relator: deputado Zé Reis), 1.001/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha), e 1.423/2015 e 4.725/2017 (deputada Ana Paula Siqueira). É, por fim, aprovado parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.225/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha). Os Projetos de Lei nºs 290, 490 e 559/2019 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Celise Laviola. Os Projetos de Lei nºs 1.325 e 1.641/2015 também são retirados de pauta a requerimento, respectivamente, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bruno Engler, todos aprovados pela comissão. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.388/2017 (relatora: deputada Celise Laviola) e 117/2019 (relator: deputado Zé Reis), ambos à Secretaria de Estado de Fazenda e ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais; 627/2019 (relator: deputado Zé Reis) à Secretaria de Estado de Governo e à Prefeitura Municipal de Maravilhas, todos no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, ao pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 5.504/2018 e 649 e 664/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 641/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha); 658/2019 (relatora: deputada Ana Paula Siqueira); e 662/2019 (relator: deputado Zé Reis). O Projeto de Lei nº 665/2019 é baixado em diligência ao autor, a requerimento da relatora, deputada Celise Laviola. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.799/2019, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Bruno Engler, Guilherme da Cunha, Celise Laviola e deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa o tema indicado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações do secretário de Estado de Governo sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: discussão dos mecanismos de aprimoramento do pacto federativo, com ênfase na relação entre o Estado e os municípios e entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola – Charles Santos – Guilherme da Cunha – Ana Paula Siqueira.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Raul Belém, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, encaminhando anexo contendo informações sobre as reuniões com comparecimento de autoridades estaduais às comissões para prestar informações sobre a gestão das respectivas secretarias, órgãos e entidades relativas ao primeiro quadrimestre de 2019, que serão realizadas no mês de junho, e do Sr. Carlos Roberto de Oliveira Costa, presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas, publicado no *Diário do Legislativo* em 18/4/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.035/2018 (deputada Beatriz Cerqueira), 50/2019 (deputado Osvaldo Lopes), 5.227/2018 e 499/2019 (deputado Sargento Rodrigues), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 499/2019, no 1º turno, na

forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues). O Projeto de Lei nº 5.035/2018 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 5.227/2018 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 797, 801 e 887/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.841/2019, dos deputados Osvaldo Lopes, Sargento Rodrigues, Raul Belém, João Leite e Hely Tarquínio, em que requer sejam informados ao presidente desta Casa os temas que foram indicados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: apresentação do cenário atual e proposta quanto à realização de concursos públicos; repasse das contribuições patronais ao IPSM e Ipsemg; impacto mensal e anual na economia estadual da redução de secretarias e cargos comissionados, detalhando, no último ponto, o número de cargos comissionados e o número atual na estrutura do Poder Executivo; estrutura de pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda, com destaque para o número de servidores que recebem remuneração acima do teto constitucional; e reposição das perdas salariais dos servidores civis e militares de 2015 até a presente data;

nº 1.842/2019, dos deputados Osvaldo Lopes, João Leite, Raul Belém, Sargento Rodrigues e Hely Tarquínio, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa que o tema indicado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Governo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, é o impacto mensal e anual na economia estadual da redução do número de secretarias e cargos comissionados.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.696/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater o suposto não pagamento, por parte do Estado, de taxas condominiais de imóveis de propriedade do Estado;

nº 1.760/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual e o futuro do Centro de Convenções de Minas Gerais Israel Pinheiro da Silva – Minascentro;

nº 1.771/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça – STJ – e ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para que a Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas (BA) seja mantida em sua atual localização;

nº 1.775/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para que verifique a possibilidade de criação de varas especializadas de infância e juventude, assim como de conflitos derivados de violência doméstica contra a mulher, no Município de Poços Caldas;

nº 1.777/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que apure o motivo pelo qual o Estado não está cumprindo a Lei da Transparência, haja vista que desde fevereiro deste ano os salários dos servidores e secretários não estão sendo divulgados no portal do Estado destinado para isso;

nº 1.820/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton, Carlos Pimenta, Betinho Pinto Coelho, Gil Pereira, Tadeu Martins Leite, André Quintão e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações, relativamente ao relatório de execução apresentado por essa entidade por meio do Ofício nº 28/2019, consubstanciadas na relação de projetos aprovados no escopo

do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, especificando-se o montante previsto e executado para cada um dos projetos em questão;

nº 1.823/2019, da deputada Leninha e dos deputados Professor Cleiton, Tadeu Martins Leite, Carlos Pimenta, Betinho Pinto Coelho, Gil Pereira e André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para garantir o cumprimento do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, que prevê o repasse dos recursos atribuídos à Fapemig ao financiamento de projetos desenvolvidos por instituições estaduais;

nº 1.825/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Betinho Pinto Coelho e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que garantam a execução do Programa Estadual de Assistência Estudantil – Peaes –, instituído pela Lei nº 22.570, de 5 de julho de 2017, e regulamentado pelo Decreto nº 47.389, de 23 de março de 2018;

nº 1.828/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Professor Cleiton e André Quintão, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio a Custódio Antônio de Mattos, secretário de Estado de Governo; e Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, por não justificarem sua ausência na 6ª Reunião extraordinária da comissão nem indicarem representantes para esse evento, que teve como finalidade realizar audiência pública para debater a situação da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – diante da reforma administrativa proposta pelo governo do Estado;

nº 1.830/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados Professor Cleiton, Betinho Pinto Coelho e André Quintão, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a situação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – diante da reforma administrativa em tramitação nesta Casa;

nº 1.832/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que autorize a realização de concurso público para preenchimento de cargos técnico-administrativos da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg;

nº 1.833/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e dos deputados André Quintão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que garanta a celeridade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2019, que dispõe sobre o vencimento inicial da carreira de professor do ensino superior no Estado;

nº 1.834/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que revejam os termos de concessão do auxílio de custo aos servidores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, haja vista que atualmente a concessão desse auxílio é condicionada ao cumprimento, pelas instituições, de metas estipuladas em contrato de gestão, o que viola o pactuado em acordo de greve firmado em 2016;

nº 1.835/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e do deputado André Quintão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam pagos aos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – os adicionais de dedicação exclusiva aprovados pelo conselho universitário da instituição e publicados no diário oficial do Estado desde 2016;

nº 1.838/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Coronel Sandro, Professor Cleiton e Betão, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater os impactos da reforma da

Previdência, com a presença dos proponentes da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, e membros da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados;

nº 1.839/2019, do deputado Osvaldo Lopes, em que requer seja realizada visita ao Mercado Livre do Produtor – MLP – da Unidade Grande BH da CeasaMinas, no Município de Contagem, para averiguar a situação do local;

nº 1.840/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas a exonerar, a bem do serviço público, o Sr. Adriano Magalhães Chaves do cargo de secretário adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior.

O Requerimento nº 1.347/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regularização fundiária no Estado e nos municípios de Minas Gerais, deixa de ser recebido pela Presidência, nos termos do art.173, do Regimento Interno.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Roberto Andrade – Raul Belém – Sávio Souza Cruz.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Às 14h34min, a reunião é suspensa por prazo indeterminado. Às 14h54min, a reunião é reaberta. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 367/2019 (relator: deputado Duarte Bechir). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.504 (relator: deputado Ulysses Gomes), 4.757 (relator: deputado Doorgal Andrada), 4.807/2017 (relator: deputado Duarte Bechir), 357 (relator: deputado Ulysses Gomes), 460 e 533/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e o deputado Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte

correspondência: ofícios do deputado Agostinho Patrus, presidente da ALMG, informando sobre o comparecimento de autoridades estaduais a esta Casa para prestar esclarecimentos sobre gestão das respectivas secretarias, órgãos e entidades relativas ao primeiro quadrimestre de 2019, e do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, publicado no Diário do Legislativo em 30/3/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 885, 892 e 958/2019. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n° 1.782/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para retomar o transporte dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – que residem no Município de Montes Claros e lecionam no campus de Pirapora da referida instituição;

n° 1.783/2019, das deputadas Rosângela Reis, Ione Pinheiro e do deputado Fernando Pacheco, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a Proposta de Emenda à Constituição n° 54/2018;

n° 1.784/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regularização fundiária relativa ao Estado e aos municípios de Minas Gerais;

n° 1.790/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação de risco em que se encontram os moradores do Distrito de Antônio Pereira, no Município de Ouro Preto, em decorrência da inércia do DEER/MG na solução do problema apresentado na MG-129, no KM 30;

n° 1.854/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Fernando Pacheco, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas que foram indicados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 dos diretores-presidentes da Copasa e da Copanor, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: a situação dos contratos da Copasa e da Copanor nos municípios do Estado, especificando-se, inclusive, o andamento das obras de tratamento de água e esgoto e as tarifas cobradas dos usuários; e o detalhamento da estrutura de cargos e de remuneração da Copasa e da Copanor, inclusive dos cargos de direção e assessoramento;

n° 1.855/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Fernando Pacheco, em que requerem sejam informados ao presidente da Casa os temas, listados a seguir, que foram indicados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: a situação dos planos diretores e da atuação das Agências Metropolitanas da RMBH e RMVA, com a atenção especial para ações nas áreas de mobilidade urbana, de saúde pública, de qualidade de vida e da oferta de empregos nas respectivas regiões; as políticas de diversificação produtiva dos municípios, especialmente os mineradores, como forma de amenizar as perdas já identificadas e garantir o desenvolvimento futuro, incluindo, entre outras opções e políticas, os cursos profissionalizantes, o fortalecimento de turismo, a preservação ambiental e a implementação ou recuperação dos distritos industriais; a situação e a efetividade da política de implementação dos consórcios municipais e de incentivo ao associativismo municipal; a situação das ações e políticas de regularização fundiária e de fiscalização do uso e ocupação do solo de competência da secretaria; a política de desenvolvimento regional no novo governo, em face das demandas apresentadas nos fóruns regionais do governo passado, enfocando também os impactos da reforma administrativa na política de desenvolvimento para o norte e nordeste de MG e no Idene;

n° 1.856/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja realizada visita à Santa Casa de Caridade de Cataguases, convidando também a Comissão de Saúde, para verificar as condições de funcionamento da entidade, que é responsável pelo atendimento de aproximadamente 200 mil habitantes da microrregião Cataguases/Leopoldina e se encontra em risco de paralisação de atividades;

nº 1.857/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Fernando Pacheco, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas, listados abaixo, que foram indicados pela comissão para ser enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, em atendimento ao art. 54 da Constituição do estado: situação do programa Minas Comunica, especificando os municípios e distritos que foram, são ou serão atendidos pelo sinal de telefonia móvel; perspectiva de retomada e conclusão das obras de melhoramento, restauração e pavimentação da estrada denominada Contorno de Cataguases (conforme edital de licitação nº 053/2018), que vai interligar os Municípios de Cataguases, Leopoldina, Ubá, Rodeiro, Astolfo Dutra, Dona Euzébia e Itamarati de Minas; perspectivas da atuação da secretaria em relação aos programas e convênios de infraestrutura municipais celebradas com os municípios;

nº 1.858/2019, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e do deputado Fernando Pacheco, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas, listados abaixo, que foram indicados pela comissão para ser enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do presidente da Cemig, em atendimento ao art. 54 da Constituição do estado: a situação dos programas e ações da Cemig em execução pela empresa e qual o público; o detalhamento da estrutura de cargos e de remuneração da Cemig, inclusive dos cargos de direção e assessoramento; a situação do repasse dos serviços de iluminação pública para os municípios indicando as responsabilidades da empresa na prestação desse serviço e na arrecadação e repasse da tarifa de iluminação pública aos municípios.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Fernando Pacheco – Ione Pinheiro.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Registra-se também as presenças das deputadas Andréia de Jesus e Leninha e do deputado Bruno Engler. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a paralisação do programa Valores de Minas, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista as aulas não terem começado no dia 7/2/2019, como estava previsto, pela falta de repasse dos recursos necessários para sua manutenção. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.796/2017, em turno único (Beatriz Cerqueira); 512/2019, no 1º turno, e 605/2019, em turno único (Betão); e 2.770/2015, no 1º turno (Professor Cleiton). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.934/2015, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Professor Cleiton), registrando-se voto contrário dos deputados Coronel Sandro e Bartô. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 591 (registrando-se voto contrário do deputado Bartô), 593, 594, 624 (registrando-se, para o último, voto contrário do deputado Bartô), 654 (registrando-se voto contrário do deputado Bartô), 658 (registrando-se voto contrário do deputado Bartô), 740 (registrando-se voto contrário do deputado Bartô), 766, 786 (registrando-se, para o último, voto contrário do deputado Bartô), 790, 895 (o último em votação nominal, com voto em branco do deputado Bartô) e 925/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a

votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.774/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o contingenciamento de 30% dos recursos destinados aos institutos e centros federais tecnológicos e às universidades federais proposto pelo Ministério da Educação, bem como sua repercussão para o funcionamento das referidas instituições e os eventuais prejuízos para com a oferta de curso cursos superiores e tecnológicos públicos em Minas Gerais e no Brasil;

nº 1.778/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do corte de 30% do orçamento das universidades e institutos federais anunciados pelo Ministério da Educação;

nº 1.780/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e buscar soluções para enfrentar os prejuízos causados à população de Mariana com o descumprimento de acordo assinado pela Fundação Renova destinado ao custeio do programa de tempo integral em 25 escolas no município, como parte das ações compensatórias em função do rompimento da barragem de Fundão, em 2015;

nº 1.787/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o corte de 30% dos repasses às universidades e institutos federais;

nº 1.883/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao presidente da República, ao ministro da Educação, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado e aos senadores por Minas Gerais pedido de providências para que os recursos destinados aos institutos federais tecnológicos e aos centros federais tecnológicos de Minas Gerais sejam mantidos em sua integralidade e que não haja contingenciamento de recursos de nenhuma natureza, em face do relevante trabalho desenvolvido por essas instituições, apesar das fortes dificuldades orçamentárias enfrentadas por elas;

nº 1.884/2019, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para liberar a verba de R\$118.223,93, oriunda de emenda deste parlamentar, para a reforma da Escola Estadual Augusto Martins Ferreira, localizada no Município de Jaíba, conforme celebração de termo de compromisso firmado em 8/6/2018, tendo em vista que as atividades escolares estão se realizando em condições precárias, em que pese todo o esforço do diretor e dos professores;

nº 1.885/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Coronel Sandro, Bartô e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência de convidados para apresentação da pesquisa *Ferramenta para identificação e classificação de fake news na web*, realizada pelos alunos Antony Leme e Davi Guerra e os professores Samuel Basílio e João Gabriel Rocha, do Cefet-MG, câmpus Leopoldina;

nº 1.886/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Dr. Roberto Belisário Viana, no Município de Pedro Leopoldo, para verificar as condições de funcionamento, tendo em vista a ameaça de fechamento da instituição por conta da interrupção da oferta da educação de tempo integral;

nº 1.887/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Bartô e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Municipal de Educação de Nova Lima pedido de providências para que sejam retomadas as aulas na Escola Municipal Rubem Costa Lima, no Distrito de São Sebastião da Águas Claras;

nº 1.888/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Bartô e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a emissão do auto de vistoria do Corpo de Bombeiros para a Escola Municipal Rubem Costa Lima, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras;

nº 1.889/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Bartô e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Vale pedido de informações sobre os motivos pelos quais não foi liberado o funcionamento da Escola Municipal

Rubem Costa Lima, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, uma vez que a mineradora informou à comissão, em visita realizada àquela escola em 30/4/2019, que todas as adequações necessárias para a liberação de funcionamento haviam sido concluídas;

nº 1.890/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Bartô e Professor Cleiton e da deputada Andréia de Jesus, em que requerem seja realizada visita ao Centro de Formação e Experimentação Digital – Plugminas –, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as condições de funcionamento do Núcleo Valores de Minas;

nº 1.892/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Bartô, em que requererem seja informado ao presidente desta Casa o tema indicado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – para a ciência, tecnologia e inovação no Estado, com destaque para as pesquisas financiadas pela fundação e seu impacto no desenvolvimento do Estado;

nº 1.893/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa os temas indicados pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: o planejamento das ações para atendimento da meta 16 do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197, de 12 dezembro de 2018, com destaque para a estratégia 16.2, que determina a estruturação da rede estadual de educação básica de modo que, até o final da vigência do plano, no mínimo, 90% dos profissionais do magistério e, no mínimo, 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo; e a garantia da cobertura para atendimento em saúde dos profissionais da educação pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg;

nº 1.894/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Bartô, em que requerem sejam informados ao presidente da Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: execução dos recursos da educação no Estado: aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb –, Cota Salário Educação – Qese – e mínimo constitucional; situação do repasse de recursos para as escolas estaduais, com destaque para os termos de compromisso em aberto; gestão da infraestrutura das escolas, com destaque para o planejamento das ações para os prédios escolares em situação de emergência, a situação das obras aprovadas e não concluídas entre 2015 e 2018 e esclarecimentos sobre o critério utilizado para a classificação de prioridades de atendimento das demandas por obras na rede estadual; proposta de currículo para escola de tempo integral no Estado; e competências e funcionamento das superintendências regionais de ensino – SREs –, ressaltando-se o seu papel de articulação e mediação das demandas das escolas estaduais junto ao órgão central;

nº 1.895/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Bartô e Professor Cleiton, em que requerem sejam informados ao presidente da Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: execução dos recursos da educação no Estado: aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb –, Cota Salário Educação – Qese – e mínimo constitucional; e situação do repasse de recursos para as escolas estaduais, com destaque para os termos de compromisso em aberto;

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Escola Municipal Rubem Costa Lima, localizada no Distrito de São Sebastião das Águas Claras (Macacos), no Município de Nova Lima, realizada em 30/4/2019, que segue publicado após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Iara Félix Pires Viana, superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais de

Ensino da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, representando a secretária; Cida Falabella, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Gláucia Marília Ferreira Silva, diretora do Centro Interescolar de Cultura Arte Linguagens e Tecnologia – Cicalt – da SEE; Letícia de Freitas Castilho, vice-diretora do Cicalt; Suellen Ohana Gomes Siqueira, estudante de música do Cicalt e coordenadora do grêmio estudantil; Laura Lemos, estudante de teatro do Cicalt e integrante do grêmio estudantil; Joyce Romie Cabral, Luiza de Paula e Heloisa Andrade, ex-alunas do Valores de Minas; e os Srs. Aleke Iris Ferreira de Oliveira, estudante do Cicalt; Jonathan Vieira, professor; e Thiago Santos, ex-aluno do Valores de Minas. A presidência concede a palavra convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Municipal Rubem Costa Lima

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 303/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 30/4/2019, a Escola Municipal Rubem Costa Lima, localizada no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, no Município de Nova Lima, com o objetivo de verificar se as instalações oferecem segurança aos alunos e trabalhadores, tendo em vista que a escola se encontra em área de risco de rompimento da Barragem B3/B4, da Mina Mar Azul, da mineradora Vale.

Participaram da visita a deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e os deputados Bartô e Coronel Sandro, que integram a mesma comissão. Os parlamentares foram acompanhados pela secretária Municipal de Educação, Viviane Gomes de Matos; pela diretora da escola, Vânia Augusto Baia; pelo chefe operacional da Defesa Civil de Nova Lima, Jonas Oliveira; pelo vereador de Nova Lima, Boi; por Melina Neves Borges Fransciquini e Jucinéia Gobbi e demais integrantes do grupo Mães Águas Claras, composto por mães de alunos daquela escola; e pelo engenheiro da Vale, Bruno Inácio Guerra, que esteve presente na visita à escola provisória.

Relato

Em 16/2/2019, a Vale realizou a evacuação de emergência de moradores do Distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos, devido ao risco de rompimento da Barragem B3/B4, da Mina Mar Azul. Desde então, as aulas estão suspensas na Escola Municipal Rubem Costa Lima – que atende 194 crianças na educação infantil e no ensino fundamental. Embora a Secretaria Municipal de Educação tenha decretado o retorno às aulas no dia 20/2/2019, os pais e as mães se recusaram a enviar os filhos para a escola, já que o prédio escolar fica localizado a apenas 54 metros da mancha de risco de inundação da Barragem de Capão da Serra.

A visita da comissão iniciou-se na sede atual da referida escola, onde as mães dos alunos relataram a difícil situação emocional das crianças diante do risco de rompimento das barragens e expressaram sua desconfiança em relação à informação, prestada pela Vale, de que a sede da escola estaria localizada em área segura. Em razão dessa desconfiança, elas reivindicam a mudança da escola.

Desde a evacuação, foram realizadas reuniões com a comunidade, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Prefeitura de Nova Lima e os representantes da Vale com o objetivo de resolver o problema da alocação da escola. Uma das soluções encontradas foi a construção pela Vale de uma escola provisória em área da prefeitura localizada no Bairro Jardim Amanda, no mesmo distrito, onde funcionava o Instituto Kairós. A escola definitiva será construída posteriormente em local considerado seguro.

A escola provisória já foi construída, mas as aulas ainda não começaram, e as informações não são claras em relação à situação geral, o que tem causado grande ansiedade na comunidade. Diante da incerteza sobre a retomada das aulas, algumas mães transferiram seus filhos para escolas do Bairro Jardim Canadá, em Nova Lima.

Após a visita à sede da escola, a comissão se dirigiu para a escola provisória, a fim de conhecer suas instalações. O engenheiro da Vale informou que a escola foi construída em estrutura modular, ou seja, em unidades pré-fabricadas e depois montadas no local. A estrutura é composta por seis salas de aula, berçário, refeitório, brinquedoteca e área administrativa.

Questionada sobre o início das aulas, a secretária municipal de Educação informou que as providências já foram tomadas pela prefeitura, mas que a escola só será liberada quando dispuser de todos os documentos necessários ao funcionamento. O engenheiro da Vale complementou que a liberação da obra aguarda a emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB –, uma vez que as adequações solicitadas pela corporação, em visita inicial, haviam sido concluídas.

A secretária também informou que naquela semana seria realizada reunião pedagógica com os profissionais de educação e garantiu que, havendo espaço físico adequado para a realização das oficinas, daria continuidade ao programa de educação integral e que os professores remanejados retornariam à escola.

Conclusão

A deputada Beatriz Cerqueira afirmou que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia cumpriu a finalidade da visita: verificar *in loco* a realidade da escola e pressionar para que as crianças daquela comunidade não sejam alijadas do seu direito à educação.

O deputado Coronel Sandro considerou a escola provisória adequada ao atendimento dos alunos e se comprometeu a contatar o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para solicitar prestação na visita da corporação à escola e na emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

O deputado Bartô aconselhou à secretária municipal de Educação a estabelecer um mecanismo de comunicação com a comunidade escolar, repassando à Sra. Melina Borges, representante do grupo Mães Águas Claras, e à diretora da escola, Sra. Vânia Baia, as informações referentes à liberação da obra, o que a secretária se comprometeu a fazer.

Por fim, os parlamentares parabenizaram o grupo Mães Águas Claras pela luta, organização e mobilização e se comprometeram a trazer o assunto à pauta da comissão, caso o ano letivo não seja retomado na segunda-feira, dia 6/5/2019.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Deputada Beatriz Cerqueira, relatora.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da

comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Claudiomir do Amaral, presidente da Câmara Municipal de Tocantins, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/4/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 499/2019, no 1º turno, e Ofício nº 7/2019, em turno único (Glaycon Franco), Ofício do Tribunal de Contas nº 18/2018, em turno único (Hely Tarquínio), e Projeto de Resolução nº 7/2015, no 1º turno (Virgílio Guimarães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Virgílio Guimarães, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.516/2015, no 1º Turno, o relator retira o parecer apresentado anteriormente e apresenta outro parecer. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.516/2015, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Virgílio Guimarães). Registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano. Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.994/2015 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.880/2019, da deputada Laura Serrano e dos deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco, e Sargento Rodrigues, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, são: investimento do Estado em infraestrutura de estradas, portos secos, atração de empresas e desenvolvimento econômico e social, diante do cenário econômico adverso e da necessidade de investir em tais setores para geração de emprego e renda; rigidez orçamentária do Estado; e planejamento do Executivo quanto à avaliação de desempenho dos servidores públicos estaduais (indicadores, ferramentas de medição, resultados obtidos);

nº 1.882/2019, da deputada Laura Serrano e dos deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco, e Sargento Rodrigues, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa que os temas a serem abordados pela comissão na audiência de convidados sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Fazenda, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, são: alternativa ou planejamento para resolver a situação fiscal do Estado caso o Regime de Recuperação Fiscal estatuído pela Lei Complementar nº 159 não seja aprovado pela Casa; restos a pagar da saúde; medidas que o Estado pretende tomar para evitar a evasão das montadoras de veículos situadas em Minas Gerais, como o caso da Mercedes-Benz em Juiz de Fora; e relação dos 1000 maiores devedores do Estado com os respectivos valores, ou dos 100 maiores devedores, em caso de dificuldade da prestação dessa informação, e quais as providências já tomadas e pretendidas para a cobrança dessas dívidas.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.776/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Superintendência da Receita Federal em Minas Gerais pedido de providências para que mantenha a Delegacia da Receita Federal no Município de Poços Caldas;

nº 1.878/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas no relato da situação financeira atual da Cemig, bem como no esclarecimento das providências adotadas acerca dos mais de 700 cargos ocupados por pessoas com salários médios de R\$ 38.000,00, conforme informação do governador no início do mandato.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Virgílio Guimarães – Glaycon Franco – Fernando Pacheco – Laura Serrano.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 911, 912 e 924/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.651 a 1.656/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.686/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a suspeita de contaminação da água que abastece o Município de Montes Claros por 18 tipos de agrotóxicos;

nº 1.862/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas de atenção à saúde para pessoas com esclerose múltipla;

nº 1.869/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que, nos termos do Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue, envie reforços para os municípios mineiros, especialmente a capital, para o combate da endemia e atendimento aos pacientes, haja vista o surto de dengue no Estado, que teve aumento de 1000% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado;

nº 1.871/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os investimentos, no primeiro trimestre deste ano, da secretaria de que é titular para o combate e a prevenção das endemias de dengue, incluindo boletins de alerta na imprensa – jornais, rádios, TV e mídias sociais –, segundo o Plano Estadual de Contingência – Doenças Transmitidas pelo Aedes, haja vista a necessidade de conhecermos se foram investidos recursos para o devido alerta da população diante do surto de dengue no Estado;

nº 1.872/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo, em que requerem o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.241/2017, da Comissão de Saúde;

nº 1.875/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao 1º quadrimestre de 2019 do secretário de Estado da Saúde, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: quitação dos débitos do Estado com os municípios e hospitais conveniados relativos à prestação de serviços de saúde pelo SUS; quitação dos débitos do Estado com os consórcios macrorregionais de saúde referentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192; cronograma da retomada das obras inacabadas na área da saúde; estratégia para aprimorar a rede de atenção em urgência e emergência; e atendimento hospitalar em oncologia, com especial atenção para a remuneração das cirurgias;

nº 1.876/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja informado ao presidente desta Casa o tema a ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao 1º quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Fazenda, em atendimento

ao art. 54 da Constituição do Estado: quitação dos débitos do Estado com os municípios e hospitais conveniados relativos à prestação de serviços de saúde pelo SUS;

nº 1.877/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja informado ao presidente desta Casa o tema a ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao 1º quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: cronograma de retomada das obras inacabadas na área da saúde.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.663/2019, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova política de remanejamento da Programação Pactuada e Integrada – PPI – e seus impactos na saúde da população dos municípios mineiros;

nº 1.805/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que, nos termos do Plano de Contingência Nacional para Epidemias de Dengue, envie reforços para os municípios mineiros, especialmente a capital;

nº 1.852/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de medicamentos imunossuppressores na assistência farmacêutica no Estado;

nº 1.859/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, à Defensoria Pública de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para impedir a interrupção do fornecimento de medicamentos oncológicos para o Município de Divinópolis;

nº 1.860/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a regularização dos repasses obrigatórios da saúde para o Município de Januária, que até o final de 2018 somavam mais de R\$10,7 milhões;

nº 1.861/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre quanto tem sido repassado de verba ao Município de Januária no ano de 2019; se houve atrasos em repasses destinados ao município; quais programas da secretaria estão ativos e quanto é investido; e se há planos para implantação de novos programas, quais seriam e quanto seria investido;

nº 1.863/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores atualizados da dívida com a Associação Hospitalar Santa Rosália, em Teófilo Otoni, assim como de convênios firmados com a instituição;

nº 1.865/2019, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Associação Hospitalar Santa Rosália e à Prefeitura de Teófilo Otoni pedido de informações sobre os valores atualizados da dívida do município com a associação;

nº 1.866/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para regularização do pagamento dos valores devidos ao Município de Januária referente a urgência e emergência no ano de 2019, que já somam quase R\$200 mil reais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/5/2019

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Agostinho Patrus Filho, presidente desta Casa, encaminhando anexo com esclarecimentos sobre as reuniões com comparecimento de autoridades estaduais às comissões para prestar informações sobre a gestão das respectivas secretarias, órgãos e entidades relativas ao primeiro quadrimestre de 2019, que serão realizadas no mês de junho. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.427/2018 (deputado Bosco), 5.435/2018 e 509/2019 (deputada Ione Pinheiro), 5.418/2018 (deputado Marquinho Lemos), 586/2019 (deputado Mauro Tramonte), e 5.388/2018 (deputado Professor Wendel Mesquita), todos em turno único. O presidente avoca para si a relatoria da visita realizada em 16/4/2019, ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, no Município de Caeté. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs. 1.508/2015, 5.333 e 5.482/2018 (relator: deputado Mauro Tramonte), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 682 e 893/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.870/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Nacional de Circo pela formação da segunda turma do Curso Técnico em Artes Circenses;

nº 1.891/2019, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Bosco, em que requerem seja formulado votos de congratulações com a Associação Caminhantes da Estrada Real – Acer – pelo 16º aniversário de sua criação;

nº 1.902/2019, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Marquinho Lemos, Mauro Tramonte, e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado os temas a serem enfatizados na reunião para exposição e prestação de contas de gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, em atendimento ao art. 54 da Constituição Estadual: gestão do sistema de financiamento à cultura a partir do novo marco estabelecido pela Lei n.º 22.944, de 15/1/2018; gestão das políticas de patrimônio cultural; programas e projetos para atração de investimentos nas áreas de cultura e turismo; gestão da Empresa Mineira de Comunicação e os possíveis cenários no que se refere à manutenção da equipe, programação e transmissão AM da Rádio Inconfidência.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, realizada em 16/4/2019, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Bosco, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Cultura****Local visitado: Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, no Município de Caeté****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 830/2019, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, esta comissão visitou, em 16/4/2019, o Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, no Município de Caeté, com a finalidade de avaliar a situação da retomada das atividades de mineração na Serra da Piedade e seus impactos no patrimônio cultural protegido por tombamento.

Participaram da visita os deputados Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento, Bosco, presidente da Comissão de Cultura, Professor Wendel, vice-presidente da Comissão de Cultura, Ulisses Gomes, João Vítor Xavier, Gustavo Santana e a deputada Ana Paula Siqueira. A visita foi acompanhada por Wander Borges, prefeito de Sabará; Lucas Coelho, prefeito de Caeté; Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte; padre José Fernando César, reitor do Santuário Nossa Senhora da Piedade; padre Carlos Antônio da Silva, pró-reitor do Santuário da Nossa Senhora da Piedade; vereadores de vários municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Vandrê Ulhoa, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente, Germano Vieira; professor Miguel Ângelo Andrade, da Pucminas, coordenador da Agência de Desenvolvimento Regional Integrado da Arquidiocese de Belo Horizonte; Hilda de Paiva Bicalho, do movimento SOS Serra da Piedade, representando Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, da Coordenação do Movimento pelas Serras e Águas de Minas; bem como outras autoridades civis, religiosas e representantes de movimentos ambientalistas.

Relato

Localizada a 48 quilômetros da capital e a 16 quilômetros da sede do Município de Caeté, a Serra da Piedade abrange também parte do Município de Sabará. O Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade encontra-se a 1.746 metros de altitude, abriga imagem da Padroeira de Minas Gerais, é referência cultural, religiosa e ambiental, local de peregrinação para os mineiros, além de lugar de grande interesse turístico.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, “a Serra da Piedade faz parte do conjunto da Serra do Curral, (...) sendo o marco-guia dos primeiros bandeirantes que chegaram à região por volta de 1673. A paisagem cultural da serra é concebida pelo simbolismo religioso atribuído, que surgiu devido à lenda de uma aparição da figura da Virgem com Jesus nos braços no alto da serra. A capela construída em homenagem a Nossa Senhora da Piedade fica no topo da serra, teve sua construção iniciada em 1767 e foi concluída somente em 1778. O conjunto arquitetônico compreende a Igreja Nossa Senhora da Piedade, a Casa dos Romeiros, o Cruzeiro com imagem da cena do calvário, edificação usada como lanchonete, outra como restaurante, a Igreja Abrigo da Serra da Piedade (projeto do arquiteto Alcides Rocha Miranda) e outras edificações. O tombamento estadual do Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade foi declarado como monumento natural em 1989 com homologação de seu tombamento em 2006 e inscrição nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; de Belas Artes; e Histórico; das obras de Artes Históricas; e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos”. Cf.: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/130/bens-tombados-conjunto-paisag%C3%ADstico-da-serra-da-piedade> Consultado em 30/4/2019)

A visita teve início na portaria situada aos pés da serra em que se encontra o Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, com a recepção dos convidados, momento em que os parlamentares se apresentaram, bem como os responsáveis, governamentais e religiosos, pela gestão do local. Todos os presentes salientaram a importância de valorizar o patrimônio cultural e ambiental da Serra da Piedade, bem como de viabilizar seu desenvolvimento sustentável.

De acordo com os dados aferidos pelo controle da portaria do santuário, o fluxo de visitantes tem aumentado expressivamente: de 30 mil pessoas, em 2010, passou para 500 mil, em 2018. O fato de as autorizações minerárias serem anteriores a esse enorme crescimento do número de visitantes é um dos principais argumentos empregados pelos representantes da Igreja Católica e ambientalistas para reivindicarem a revisão de sua concessão pelos poderes governamentais.

Em seguida, os presentes se dirigiram ao Retiro da Piedade, também no sopé da serra, onde se encontram instalações para retiros e encontros, religiosos ou não. Nesse local, uma das cavas da mineração é visível e encontra-se bem acima das instalações do retiro. Alguns dos presentes alertaram que a mineração, ali, transbordaria os limites da área protegida. Além disso, o intenso tráfego de caminhões seria constante fonte de perigo e desconforto para os peregrinos, além de prejudicar a contemplação e a oração.

Os parlamentares e convidados dirigiram-se, então, para o topo da Serra da Piedade, lugar onde se encontra o Santuário propriamente dito, além de outras instalações. Na Ermida da Padroeira de Minas Gerais, Dom Vicente de Paula Ferreira celebrou missa solene, transmitida pela TV Horizonte, Rede Vida e Rádio América.

Após a celebração eucarística, os presentes se reuniram na Casa dos Peregrinos, onde foi apresentado estudo técnico da região e foram discutidos os desafios da ocupação sustentável do bem cultural e ambiental constituído pelas áreas de preservação e de tombamento da Serra da Piedade.

O deputado Bosco manifestou sua preocupação com os desdobramentos da audiência pública realizada pela Comissão de Cultura no dia 20/3/2019, bem como questionou as consequências da visita aqui relatada, uma vez que as necessárias providências extrapolam os limites de atuação do Poder Legislativo. Ressaltou, entretanto, o empenho da Casa em promover o aprimoramento da legislação sobre controle de barragens e a disposição da Comissão de Cultura para estimular a cooperação e as articulações necessárias para ampliar a mobilização social pela defesa da Serra da Piedade e para a disseminação de informações relevantes sobre o tema. Sugeriu a constituição de um grupo de trabalho para elaborar estudos e apontar soluções que fortaleçam o patrimônio cultural e turístico do local.

O prefeito de Caeté, Lucas Coelho, resumiu os acontecimentos recentes da mineração na Serra da Piedade, ressaltando os problemas advindos do passivo ambiental deixado pela empresa Brumafer, que deu origem aos problemas atuais, e a transição para a AVG Empreendimentos Minerários, atual detentora das licenças para mineração na área, que não contemplam todos os condicionantes necessários para que a atividade ocorra com segurança e sustentabilidade. Assinalou que as empresas mineradoras intervêm em todos os aspectos da vida do município, com grande pressão sobre as autoridades locais, pois acenam com ganhos de geração de emprego e renda e poucos são os que debatem para além desse imediatismo econômico, no intuito de preservar o patrimônio para as gerações futuras.

O deputado Professor Wendel ressaltou que a Serra da Piedade é um patrimônio de todo o povo mineiro e sua preservação aglutina fiéis das mais diferentes denominações religiosas, o que inspirou a constituição de frentes parlamentares em sua defesa. Reafirmou os compromissos firmados na audiência pública do dia 20/3/2019 e lembrou que a mobilização deve ser constante, tendo em vista as pressões que os interesses da mineração podem suscitar.

O deputado Ulisses Gomes, membro da Comissão de Minas e Energia, discorreu sobre como o acidente ocorrido em Brumadinho se tornou uma metáfora das ameaças para a sustentabilidade do planeta e para a continuidade da vida na Terra. Segundo o deputado, o cidadão comum, frente aos desafios cotidianos, muitas vezes não desperta para as questões ambientais e seus impactos e, só quando acontece uma tragédia como a de Brumadinho, as consciências são despertadas. Mencionou a Campanha da Fraternidade, cujo tema, “Fraternidade e Políticas Públicas”, lembra que uma das funções das lideranças políticas é colaborar com essa conscientização.

A deputada Ana Paula Siqueira relatou que, desde que passou a trabalhar na área parlamentar, primeiro como técnica, depois como política, é a primeira vez que testemunha tantos deputados empenhados no enfrentamento das consequências da

mineração em Minas Gerais. Defendeu a constituição de grupo de trabalho para sensibilizar lideranças e comunidades envolvidas e para buscar diálogo e soluções concretas.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e autor do requerimento que deu origem à visita, destacou o momento histórico que constitui essa que foi a primeira ida oficial da ALMG ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade. Avaliou que iniciativas de defesa e mobilização em torno desse bem cultural do povo de Minas Gerais reforçam a importância de se proteger um patrimônio que já foi reconhecido pelo papa João XXIII e cuja riqueza não é só de Minas, é de todo o mundo. Discorreu sobre as competências da Comissão de Constituição e Justiça para colaborar com o diálogo, debates e projetos de aperfeiçoamento da legislação mineira.

Dom Vicente de Paula Ferreira convidou todos os parlamentares e demais presentes a acompanharem o representante do papa Francisco que virá especialmente a Brumadinho entre os dias 17 e 18 de maio próximo para conhecer o local da tragédia e reportar a situação ao papa.

Por fim, o coordenador da Agência de Desenvolvimento Regional Integrado da Arquidiocese de Belo Horizonte, professor Miguel Ângelo Andrade, especialista em gestão de áreas protegidas, apresentou os principais fatos e desafios trazidos pela retomada da mineração na Serra da Piedade.

O professor criticou os termos do acordo judicial firmado entre o poder público e a mineradora AVG Empreendimentos Minerários, em 2012, que permite à empresa, sucessora da Brumafer, recuperar a área degradada e explorar o minério disponível, em função do trabalho de descomissionamento da estrutura existente. Em maio de 2018, a mineradora AVG pediu licença para operar também em locais não degradados, para minerar, ao todo, cerca de 2,4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O licenciamento ambiental para o empreendimento foi concedido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – em fevereiro de 2019. De acordo com Miguel Andrade, a licença implica a destruição de mais 30 hectares de Mata Atlântica, entre outros impactos, como a contaminação do lençol freático, a eliminação de nascentes e os riscos de acidentes advindos do tráfego pesado.

O professor defende que, por se tratar de território protegido por múltiplos agentes – Iphan, Iepha, Ibama, Município de Caeté, Município de Sabará, Conselho do Monumento Natural Estadual da Serra da Piedade –, a tomada de decisão não poder ficar adstrita a um único órgão estadual, sobretudo quando diversas condicionantes deveriam ser revistas.

Conclusão

A visita foi um marco da presença da Assembleia e da Comissão de Cultura em um dos mais importantes patrimônios culturais do Estado. Além disso, foi uma iniciativa extremamente produtiva, pois os deputados puderam constatar os prováveis impactos negativos da retomada da mineração no patrimônio cultural e ambiental constituído pela Serra da Piedade e pelos monumentos associados ao Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade. Também puderam testemunhar a riqueza da região, bem como seu potencial turístico, uma vez que se trata de relevante referência cultural de Minas Gerais e do Brasil. E, ainda, atestar a capacidade do local em se consolidar como uma importante rota de peregrinação mundial.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2019.

Bosco, relator.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/5/2019

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da comissão presentes, e determina a juntada das

respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir, na condição de investigados, a Sra. Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo e os Srs. Hélio Márcio Lopes da Cerqueira e Felipe Figueiredo Rocha, funcionários da Vale S.A., sobre o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. A seguir, comunica o recebimento dos ofícios da Sra. Viviane Aguiar, gerente jurídica da Fundação Renova, em resposta ao Requerimento nº 1.237/2019, informando sobre o quantitativo e os nomes dos seus funcionários, e, ainda, balanço detalhado de todos os gastos realizados com indenizações, reparações e/ou compensações de danos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão; e dos Srs. Ricardo de Medeiros Santiago, diretor de relações Governamentais da Vale S.A., em resposta ao Requerimento nº 803/2019, encaminhando cópias dos relatórios dos painéis de especialistas para o gerenciamento de segurança e risco de estruturas geotécnicas; João Luiz Faria Neto, presidente do Conar, em resposta ao Requerimento nº 1.423/2019, informando que foi instaurada a Representação Ética nº 99/19, objetivando examinar a publicidade veiculada pela empresa Vale S.A.; Carlos Henrique Dumont Silva e Antônio Arthur Barros Mendes, solicitando cópias das notas taquigráficas de todos os depoimentos, oitivas e inquirições já realizadas por essa comissão; e Hideraldo Santana, vereador de Brumadinho, publicado no Diário do Legislativo em 03/5/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os funcionários do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A., Srs. Felipe Figueiredo Rocha, acompanhado de sua advogada, Sra. Rogéria Maria Castro de Bellis; Hélio Márcio Lopes da Cerqueira e Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, acompanhados de seu advogado, Sr. Leonardo Bandeira. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator dessa comissão, para realizar seus questionamentos. Logo após, passa a palavra aos demais deputados membros da comissão para realizarem seus questionamentos. Registram-se as presenças dos deputados Sávio Souza Cruz e Léo Portela. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.908/2019, dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Glaycon Franco, Cássio Soares e Gustavo Valadares, em que requerem seja requisitado à Vale o envio, em meio digital, das imagens captadas pelas câmeras de monitoramento da barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, especialmente as câmeras localizadas a montante e a jusante da barragem, entre os dias 10 de outubro de 2018 e 25 de janeiro de 2019, espaço de tempo que totaliza os 90 dias de gravação previstos no art. 7º, § 3º, da Portaria nº 70.389, de 2017, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM;

nº 1.924/2019, dos deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, em que requerem sejam convocados, na condição de investigados, os Srs. Lúcio Cavalle e Silmar Silva, diretores da Vale S.A., para prestarem depoimentos a essa comissão sobre o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.911/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Cássio Soares, Glaycon Franco, Noraldino Júnior e André Quintão, em que requerem sejam requisitados ao juiz da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções da Comarca de Brumadinho, a título de colaboração e de compartilhamento de provas, os dados referentes aos sigilos bancário e telefônico do Sr. Makoto Namba, tendo em vista sua negativa de colaborar no esclarecimento dos fatos objeto da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho;

nº 1.914/2019, dos deputados André Quintão, Gustavo Valadares, Cássio Soares, Glaycon Franco, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam encaminhadas à Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 8/5/2019;

nº 1.916/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, André Quintão, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Mineração pedido de providências para que proceda à fiscalização das

barragens mencionadas pelo Sr. Hélio Márcio Lopes Cerqueira, engenheiro do setor de riscos da Vale S.A., responsável pela fiscalização dos contratos de automação dos piezômetros utilizados na Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão e em outras barragens, conforme informado na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de maio de 2019;

nº 1.917/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, em que requerem seja o Sr. Antônio Lopes de Carvalho Filho, defensor público do Estado, convocado para, na condição de autoridade, prestar a esta comissão depoimento relacionado ao rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.;

nº 1.918/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior e Glaycon Franco, em que requerem seja a representante do Movimento Somos Todos Brumadinho convidada para prestar à comissão esclarecimentos relacionados com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.;

nº 1.919/2019, dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior e Glaycon Franco, em que requerem seja a representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – convidada para prestar à comissão esclarecimentos relacionado com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.;

nº 1.921/2019, dos deputados André Quintão, Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Glaycon Franco, em que requerem seja o Sr. Helder Magno da Silva, procurador da República, convidado para, na condição de autoridade, prestar à comissão esclarecimentos relacionados com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.;

nº 1.922/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco, Gustavo Valadares, André Quintão e Noraldino Júnior, em que requerem seja o Sr. André Sperling Prado, promotor de justiça, convidado para, na condição de autoridade, prestar à comissão esclarecimentos relacionado com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.;

nº 1.923/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Gustavo Valadares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, em que requerem seja o Sr. Marcelo da Silva Klein, líder do Comitê de Resposta Imediata da Vale S.A., convocado para prestar à comissão esclarecimentos relacionados com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, especificamente sobre o termo de compromisso firmado entre a Defensoria Pública do Estado e a Vale S.A.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Cássio Soares – André Quintão – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/5/2019

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de

proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.788/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com os organizadores do festival Made in Minas pelo sucesso desse evento gastronômico ocorrido em Belo Horizonte, que teve o propósito de divulgar e valorizar as riquezas da culinária e os produtos de cada região do Estado;

nº 1.926/2019, dos deputados Professor Irineu, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja informado ao presidente desta Casa o tema que foi indicado pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019 do secretário de Estado de Cultura e Turismo, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: os compromissos da secretaria com a democratização do turismo em nosso Estado, especialmente pela disponibilidade de acesso ao turismo interno por pessoas carentes;

nº 1.927/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que encaminhe à comissão as notas taquigráficas de todas reuniões realizadas pela Frente Parlamentar do Café para subsidiar os trabalhos dos membros da comissão, tendo em vista a relevância da cultura do café para a gastronomia do Estado;

nº 1.928/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância do queijo artesanal mineiro para nossa gastronomia e o necessário apoio para aumentar sua internacionalização;

nº 1.929/2019, dos deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a candidatura de Belo Horizonte para a Rede das Cidades Criativas da Unesco por seu patrimônio gastronômico.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. Gilson Dayrell, diretor-presidente da Fundação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado – Fundamig. Concedida a palavra ao cidadão, este tece considerações sobre o desenvolvimento do turismo voltado para a 3ª idade. Logo após, os parlamentares tecem suas considerações sobre o tema. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 1.930/2019, dos deputados Professor Irineu, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade ouvir o Sr. Gilson Dayrell, diretor-presidente da Fundação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado – Fundamig. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2019.

Professor Irineu, presidente – Gustavo Mitre – Professor Cleiton.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação atual e os desafios enfrentados pela enfermagem em comemoração do Dia Nacional de Valorização da Enfermagem.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2019.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2019, às 18 horas, na Câmara Municipal de Ouro Preto, com a finalidade de, em audiência pública, debater a importância da reativação do trecho ferroviário que liga Belo Horizonte a Ouro Preto e Mariana e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2019.

João Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.232/2018

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Thiago Cota, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Mariana – Assemar –, com sede no Município de Mariana, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.232/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Assemar, com sede no Município de Mariana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo colaborar com o município no sentido do aperfeiçoamento das relações entre funcionários, servidores e administração pública.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública

Porém, apresentou a Emenda nº 1, que visa adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades esportivas; representar judicialmente seus associados; proporcionar cursos de capacitação; e prestar ajuda para garantir o acesso a serviços odontológicos e médicos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Assemar, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.232/2018, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

André Quintão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 586/2019**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades culturais na região.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a compreensão acerca da relação entre cultura e desenvolvimento humano por meio do reconhecimento do valor das artes. Além disso, a entidade tem por objetivo estimular praticas musicais e artísticas, apoiando iniciativas e estimulando ações para enriquecer ambientes culturais.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Casa das Artes, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 586/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Mauro Tramonte, relator.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019**

A deputada Delegada Sheila* – Boa tarde a todos, aos colegas presentes no Plenário. Na pessoa do nosso presidente em exercício, cumprimento as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia.

Na verdade, hoje eu subo a esta tribuna para falar de um assunto, de um tema muito importante, que infelizmente atinge um número enorme de crianças e adolescentes no nosso país, que é a questão da pedofilia. Esse é um mal terrível, que não escolhe classe social, idade, raça, gênero, religião, atinge a todos, infelizmente, e deixa marcas terríveis na vida das pessoas. Por que estou falando sobre isso? Porque, neste sábado, dia 18 de março, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eu e o meu gabinete preparamos algumas ações. Este ano não deu para desenvolver mais ações em nível de Estado, pelo curto período de tempo que estamos aqui na Assembleia, mas já estamos contando com a participação de todos os parlamentares. Passei uma lista para criarmos uma frente parlamentar de combate à pedofilia. O movimento já existe. É o movimento Juntos contra a Pedofilia. Eu gostaria de deixar isso em aberto, porque precisamos montar uma equipe nessa frente parlamentar. Todos que quiserem participar serão muito bem-vindos. Independentemente de questões ideológicas, de partidos, são todos muito bem-vindos para contribuir com a nossa frente parlamentar, porque é um assunto que atinge a todos nós.

Há urgência em evitar que mais pessoas sofram com esse mal em Minas Gerais, seja por meio de conscientização, seja por meio de políticas públicas ou da penalização de infratores.

Essa sempre foi uma das minhas prioridades. Costumo dizer que é muito melhor do que estarmos por aí prendendo pedófilos, participando das operações. Eu já participei de muitas, principalmente das Operações Luz na Infância I, II e III, que são coordenadas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Pública. Muito melhor do que fazer isso é trabalharmos na prevenção para que crianças e adolescentes não sofram esse mal terrível.

Todos os dias, basta ligarmos o telejornal, na parte da manhã, para vermos que estão relatando casos e casos e casos. Hoje, na parte da manhã, no mesmo telejornal, três casos graves de pedofilia foram relatados. Um deles foi o de uma adolescente de 12 anos de idade que já estava grávida de 18 semanas. Uma professora na escola percebeu e, quando questionada, a menina contou uma história sem pé nem cabeça, acusando um dos professores da escola de ter cometido a violência.

A professora percebeu que a história já estava previamente montada. Depois da investigação, na delegacia de polícia, descobriu-se que realmente a história foi montada pela própria mãe, porque a adolescente vinha sendo violentada pelo padrasto, desde os 9 anos de idade. Quando ela menstruou, engravidou de imediato, e a mãe, para esconder a atitude do companheiro, ensinou a filha a mentir e a, inclusive, acusar falsamente outra pessoa de um crime tão grave, acusar um professor. Isso é muito sério e foi relatado, hoje de manhã, no telejornal.

Tenho mais referências numéricas sobre a Zona da Mata. Entre 18 de janeiro e março de 2019, o Protocolo de Atendimento ao Risco Biológico, Ocupacional e Sexual do HPS, que chamamos de Parbos, setor do pronto-socorro destinado aos casos de violência doméstica, atendeu 268 vítimas de abuso sexual. Os números são assustadores. É ainda mais chocante perceber que em 73% dos casos a vítima é uma criança ou uma adolescente e 52% delas têm entre zero e 12 anos. Sabemos que esses casos ainda são muito e muito subnotificados. Há milhares de crianças e adolescentes em nosso país que são abusados desde o dia em que nascem e só tomam consciência dessa situação quando chegam à adolescência. Em cerca de 87% das nossas investigações relacionadas ao tema, a denúncia não partiu da própria vítima. A criança e o adolescente não contam o que lhes acontece por questões diversas. O próprio agressor já tem uma forma de causar na vítima uma sensação de culpa, de medo, de ameaça, enfim, várias situações muito complicadas.

A maioria dessas denúncias não parte da própria vítima. Isso simplesmente é descoberto por acaso, muito pelo *feeling* dos professores, porque a criança e o adolescente que sofrem violência sexual apresentam sintomas que se repetem, e são vários sintomas. Os professores estão preparados para enxergar essas questões. Eles, então, chamam o Conselho Tutelar ou a família e denunciam. Muitas vezes, quando a violência parte da própria família, denunciam ao Conselho Tutelar, dentre outros órgãos.

Durante esta semana, estamos trabalhando com várias palestras em escolas. Já foram realizadas três palestras. Amanhã, tenho uma agenda com a ministra Damares, em Brasília, quando discutirei principalmente algumas questões legislativas. Ela já apresentou, pela mídia, algumas ideias de mudança na legislação com o enrijecimento das penas. Eu, com muita humildade, em 19 anos acompanhando esses casos, gostaria também de levar alguns problemas pontuais e algumas sugestões para que ela possa nos ajudar com alguns recursos.

No sábado, no calçadão da Rua Halfeld, estaremos também fazendo um manifesto. No ano passado, fizemos um manifesto, dependurando alguns varais de roupas no Parque Halfeld. Ali, dependuramos uma pecinha de roupa para cada criança que havia sido abusada no último ano e que teve o caso registrado, que foi atendida pelo Parbos, que é o setor de atendimento.

Então nós dependuramos, infelizmente, 308 pecinhas de roupas. Isso só em Juiz de Fora e em uma pequena região do entorno da cidade. Imaginem no Estado inteiro, que situação horrível! E este ano nós faremos diferente, faremos um manifesto não com pecinhas de roupas, mas utilizaremos brinquedos – bonecas, bolas –, para estarmos ali representando cada vítima, em sinal de luto pelo que aconteceu com elas. As bonecas, representando as meninas; as bolas, representando os meninos, para que possamos diferenciar os números, um simbolismo, porque infelizmente a grande maioria das vítimas, talvez pela situação de vulnerabilidade, sejam as meninas, são as crianças do sexo feminino. Não é que não aconteça abuso com os meninos também; acontece muito, mas, na minha percepção como profissional, os casos de abuso sexual com os meninos são muito mais subnotificados do que os que acontecem com as meninas, porque, por trás disso, existe uma questão de preconceito muito grande. Então o menino tem uma dificuldade muito maior do que a menina em relatar o que aconteceu com ele. Ele pode ser apontado, ele pode ser julgado, e ele pode sofrer um preconceito ainda maior. Então a maioria dos casos registrados realmente são de meninas.

Nós desenvolvemos aqui, no gabinete mesmo, e tenho certeza de que, no ano que vem, poderemos desenvolver ações muito importantes com a frente parlamentar de combate à pedofilia. Já temos a grande maioria das assinaturas aqui da Casa, mas, como não houve tempo este ano, desenvolvemos esse folheto: “Seu filho pode estar vendo monstros”. É um folheto bem ilustrativo e traz aqui o que é o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Fala que não é brincadeira; que, para combater isso, é preciso informar, precisamos trabalhar com prevenção. Fala a diferença entre abuso sexual e exploração sexual. O abuso é para o próprio deleite, e, na exploração, existe a questão pecuniária. Hoje, muito por causa da internet também, o abuso sexual de crianças e adolescentes virou uma fonte de renda imensa e gigantesca, com a venda e o compartilhamento de pornografia infantil, que são movimentadas principalmente pelos maiores *sites* de pedofilia do mundo, que estão hospedados na *deep web*. Os pedófilos aliciam crianças e adolescentes pela internet ou marcam encontros com essas crianças. Também ocorre muito através de aplicativos de namoro. Há crianças acessando aplicativo de namoro, Tinder. Há até uma música que trouxe à tona essa questão do Tinder, está na moda, e as crianças estão baixando cada vez mais esse aplicativo, infelizmente. É um ambiente extremamente perigoso, porque, naquele aplicativo e em outros também, e em *sites* de namoro, o público é muito delimitado. São pessoas carentes que estão predispostas a marcarem um encontro com quem nunca viram, com quem nunca vão conhecer. Quanto tempo demora para conhecermos uma pessoa na internet? Nunca vamos conhecer, pois é uma pessoa que você nem sabe se existe, um amigo virtual. Você nunca vai conhecer de fato essa pessoa, antes de ter segurança para marcar um encontro.

Então este panfletinho fala também dos cuidados que devem ser tomados na internet. Traz um dado muito alarmante: uma em cada cinco crianças que navegam na internet hoje é alvo de pedófilos criminosos. É um dado científico. Não quer dizer que ela seja vítima, que ela vá cair na conversa dele, mas ela é alvo. De alguma forma essa criança vai ser alcançada por um pedófilo.

Há outra estatística também que não está aqui neste panfletinho, que diz que a cada cinco crianças que navegam na internet, quatro estão dispostas a passar informações desnecessárias para outras pessoas em troca de algum favor que supostamente lhe é oferecido, ou algum benefício ou presentes, dentre outras questões.

Aqui fala também como identificar se seu filho pode estar sendo vítima de algum abuso. Traz todos os sintomas apresentados: agressividade, medo, isolamento social, sentimento de culpa, depressão, baixa autoestima, sexualidade exacerbada, dores, alteração no sono, queda no rendimento escolar, dificuldade para confiar nos outros, dentre outros.

E traz algumas estatísticas e incentiva a denúncia. Um lema muito importante nesses casos, assim como na violência doméstica, é que o silêncio nunca pode ser uma opção. Nós precisamos, sim, nos preocupar com a vida alheia quando isso atinge questões tão importantes e tão cruéis na vida da pessoa. Então, aqui passo os mecanismos, os locais de denúncia, principalmente um dos principais instrumentos, que é o Disque 100, um número específico para atendimento de qualquer violação de direitos humanos. E a pedofilia é uma violação de direitos humanos, e muito grave por sinal, assim como a violência doméstica, a violência contra a mulher.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Serei rápido. Quero só parabenizar V. Exa. pela iniciativa. É muito bom saber que amanhã a senhora estará com a ministra Damares, que passou por abuso sexual na infância e sempre levantou isso como uma bandeira para proteger as nossas crianças de qualquer tipo de abuso, para protegê-las dos pedófilos. Infelizmente, nesta Casa, não podemos legislar criminalmente. Legislação penal e processo penal são prerrogativas da União. Porque o ideal seriam mesmo punições severas, até castração química, para evitar reincidência para esse tipo de animal. Mas, a gente pode trabalhar, sim, na prevenção, com ações de conscientização, como o próprio folheto que V. Exa. mostrou aqui.

Então, quero só parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Ainda não assinei a frente parlamentar, mas faço questão de assinar. E vamos trabalhar nesse sentido, porque é um tema extremamente importante.

A deputada Delegada Sheila – Obrigada, Bruno.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Primeiro, quero parabenizá-la, deputada Delegada Sheila. E a senhora será muito bem recebida no ministério pela ministra Damares. O Bruno já esteve lá, eu já estive lá, e ela nos passou algumas orientações. Aqui, nós somos soldados do bem, e já estão em andamento nesta Casa... O Bruno aprovou, recentemente, na Comissão de Direitos Humanos, requerimento para realização de uma audiência pública para discutir o tema “Suicídio e automutilação de jovens, crianças e adolescentes”. E a ministra estará presente nesta audiência pública para discutirmos, principalmente, este e outros assuntos. E ela nos disse, ao Bruno e a mim, que aqui ela fará o lançamento da campanha nacional sobre esse tema.

Só complementando, Sr. Presidente, isso que ela falou é uma coisa séria. Ela não teve coragem de descer até que ponto a pedofilia acontece no Brasil. Existem casos de pedofilia, presidente, com bebês de sete dias de idade. Um bandido. Por isso que sou a favor do projeto de castração química do pedófilo. Não podemos refrescar com esse tipo de gente, não. Isso não é ser humano, isso é animal, e tem que sofrer os rigores da lei. Mas tem que ser uma lei muito dura mesmo. É triste.

Parabéns, deputada.

A deputada Delegada Sheila* – Obrigada. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, boa tarde. Boa tarde aos colegas parlamentares, à imprensa, que acompanha os trabalhos da Assembleia. Boa tarde a todo o público que nos acompanha também pela TV Assembleia. Presidente. Presidente. Estou sempre passando por uma situação de chamar o presidente.

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Estou aqui pedindo uma orientação sobre a pauta.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Como foi o seu Dia das Mães, presidente?

O presidente – O Dia das Mães é sempre muito ruim porque perdi a minha mãe quando tinha 5 anos.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Mas o senhor passou com a família?

O presidente – Passei com a família.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Se eu perguntar para cada deputado e para cada deputada, cada um de nós passou com a sua família. Aqueles que têm mãe, com as suas mães, num momento de celebração.

Fiquei no domingo, presidente, me perguntando como estariam as famílias atingidas pelo crime da Vale, com o rompimento da barragem, em Brumadinho, dia 25 de janeiro. Então, resolvi escrever. O senhor me permite ler uma carta para tentar expressar um pouco o que imagino ter sido o Dia das Mães de todas aquelas famílias que vivenciaram o último 12 de maio?

Desculpe-me se alguém acha que estou sendo repetitiva com o assunto. Mas, primeiro, a capacidade de se sensibilizar com a dor do outro, no caso, com a dor de mais de 300 famílias é uma capacidade de ser humana, de humanização. Segundo, como deputada estadual, tenho o compromisso para que o crime da Vale não permaneça impune. É preciso então que tenhamos sempre a memória daquilo que aconteceu em nosso estado para que não se repita.

Então, permita-me ler uma carta. É uma carta às mães que perderam os seus filhos e aos filhos que perderam as suas mães.
(- Lê:)

Pedimos desculpas. Não! A palavra correta seria perdão. Pedimos perdão.

Perdão por não terem os seus filhos para ganhar um abraço nesse 12 de maio.

Perdão pelas mesas do almoço que não tiveram a alegria do encontro da família.

Perdão aos pais que tiveram que explicar aos filhos a ausência de sua mãe.

Perdão pela casa que se encheu de saudade. Saudade da vida que tiramos de vocês.

Perdão pela casa que ficou maior, vazia, sem vida, num luto interminável.

Perdão por não entregarmos os seus filhos como saíram de casa naquela sexta-feira: corpos inteiros e com vida.

Perdão por não lhes darmos o direito ao velório de seus filhos e de suas mães.

Perdão por não termos orientado corretamente os seus filhos para que tivessem a saída mais segura do refeitório e, com isso, a chance de lutar pela vida. Não tiveram chance.

Perdão por não aceitarmos a lápide que escolheram em memória de seus filhos, pois estava fora do nosso padrão.

Perdão pelas noites em claro à espera de notícias, que só chegariam 100 dias depois.

Perdão às mães que ainda esperam notícias de seus filhos 100 dias depois.

Perdão às avós que ficaram sem seus netos.

Perdão àquelas que perderam a possibilidade de serem avós.

Perdão por termos matado o filho único, termos tirado a vida de vários da mesma família, tornado o luto e a dor ainda mais imensuráveis.

Perdão porque, apesar de mais de trezentas mortes, não paramos a produção nem por 30 segundos, num luto simbólico, numa tentativa de demonstrar respeito, o que não temos.

Perdão porque temos uma rede de advogados que cumpre a função de nos brindar, propondo inúmeros recursos para conseguir *habeas corpus* e manter os nossos representantes em silêncio em depoimento.

Pedimos perdão para apresentar uma perspectiva de vida e futuro a seus filhos, dizendo que a mineração é a nossa vocação, e levá-los à morte, soterrados pela lama.

Pedimos perdão por investir nas relações não transparentes com o poder público para garantir os nossos interesses.

Perdão porque escolhemos o menor custo para os nossos empreendimentos, não nos importando com as consequências.

Perdão porque, ano a ano, diminuimos os nossos investimentos em segurança.

Perdão por matarmos as mães e os filhos que escolheram a região para passear e foram soterrados com a pousada que desapareceu.

Perdão porque levamos à casa de vocês as tentativas de suicídio e os tratamentos contra a depressão, antes inexistentes.

Perdão por termos trabalhado insistentemente para silenciar todos os movimentos que denunciavam nossas práticas. Se fossem ouvidos, talvez não teríamos tantas mães sem filhos, bem como tantos filhos sem mães.

Perdão porque sabíamos que a barragem estava com problemas estruturais e, mesmo assim, deixamos seus filhos e mães lá.

Perdão por sermos reincidentes nessa prática criminosa, pois permitimos que a Barragem de Fundão, em Mariana, sob o controle da Samarco e da BHP Billiton, no dia 5/11/2015, se rompesse. Esse crime matou 19 pessoas, tendo sido ainda tirada a vida de um bebê que estava no ventre da mãe e foi abortado enquanto ela corria da lama.

Perdão pelo luto de caixão vazio que impomos a Minas Gerais.

Nesta carta, que deveria ter sido escrita pela Vale a todas as famílias ou que a empresa deveria ter colocado na sua campanha publicitária, eu tento expressar aqui alguns dos sentimentos que ouvia em mais de cem dias acompanhando as buscas, o sofrimento, as audiências públicas, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, quero aqui deixar um abraço de solidariedade, de luto e de luta a todos nós, que persistimos para que esse perdão não tenha de ser escrito novamente em nenhum lugar; para que novas mães não fiquem sem filhos e nem filhos fiquem sem mães, resultado de uma prática criminosa de uma mineradora, como a Vale.

Para finalizar, presidente, gostaria de deixar um convite a todos os parlamentares e às parlamentares, bem como a toda a sociedade. Estamos na semana nacional de valorização da enfermagem, e é importante nos lembrarmos desses profissionais – são mais de dois milhões no País e mais de cento e oitenta mil em Minas Gerais –, que vivem uma precariedade no trabalho, sem piso e com uma jornada extenuante. O fortalecimento desses profissionais é o fortalecimento do SUS. Exatamente por isso o nosso mandato está engajado nesta semana de valorização de enfermagem. Temos o compromisso com a aprovação de um projeto de lei que está na Casa pela redução da jornada de trabalho para 30 horas sem a redução de salário.

Realizaremos, no próximo dia 17, a partir das 14 horas, uma audiência pública para debater a valorização da enfermagem em nosso estado, em nosso país e o lançamento da frente parlamentar em defesa e valorização da enfermagem. Deixo aqui a todos os colegas e a toda a sociedade o convite para participarem desse momento conosco de valorização da enfermagem. Ao valorizarmos esses profissionais, fortaleceremos o SUS.

Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado André Quintão* – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. deputadas, os Srs. deputados e o público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Dentre os vários itens que constam na proposta de reforma da Previdência encaminhada ao Congresso Nacional, gostaria de abordar um que, especificamente, trata de um benefício chamado Benefício de Prestação Continuada, integrante do Suas – Sistema Único da Assistência Social – e que foi uma grande conquista, desde a Constituição de 1988.

Para quem não conhece, o chamado BPC – Benefício de Prestação Continuada – foi uma conquista na Constituição de 1988. Trata-se de um salário mínimo mensal pago à pessoa idosa – 65 anos ou mais – e à pessoa com deficiência cuja renda familiar *per capita* seja inferior a 1/4 de salário mínimo, portanto, menos de R\$250,00. Então, é um benefício focado principalmente naquelas pessoas mais pobres, aquelas que, por algum motivo ou outro, não acessaram um sistema previdenciário e não têm nenhuma geração de renda, ou quase nenhuma.

Esse benefício, para que tenham ideia, foi consagrado na Constituição de 1988, mas a sua efetiva implementação começou apenas em janeiro de 1996, porque muitos segmentos eram contrários. Queriam tirá-lo da esfera constitucional. Pois bem, esse benefício, que ajuda milhões de pessoas no Brasil, ao longo desse tempo, sempre foi objeto de tentativas de desvinculação do valor do salário mínimo. E esse é um benefício muito importante, porque a expectativa de vida em nosso país está aumentando, mas, como temos um país muito desigual, as pessoas correm o risco – e um bom risco –, primeiro, de viver mais – isso é uma conquista civilizatória e tem muito a ver também com os avanços da saúde –, mas esses idosos não são acompanhados da crescente qualidade de vida necessária. Vivem mais, mas não necessariamente melhor.

O Benefício de Prestação Continuada tem essa característica do amparo, da característica assistencial, para que o idoso não fique abandonado. Nós migramos daquele momento ou daquela concepção de internar o idoso em instituições fechadas para incentivar o convívio familiar. É lógico que as instituições de longa permanência para aqueles idosos completamente sem vínculos familiares são muito importantes, e aqui destaco o exemplar e belíssimo papel executado principalmente pela Sociedade de São Vicente de Paulo, com as suas instituições asilares, um trabalho para o qual temos que tirar o chapéu. Mas o principal, o que todos nós queremos é que o idoso tenha condição de vida no meio familiar, no ambiente próprio familiar, com autonomia. E para isso ele precisa da renda.

O Benefício de Prestação Continuada pode garantir uma alimentação saudável, tão necessária para o idoso. O Benefício de Prestação Continuada promove, junto com outros benefícios – aposentadorias rurais, programa Bolsa Família –, um forte estímulo indutor das economias locais, principalmente dos pequenos municípios. Nos pequenos municípios, os recursos que são transferidos diretamente para as famílias, do BPC e do programa Bolsa Família, dinamizam a economia local, geram empregos, melhoram a qualidade de vida.

Pois bem, a proposta de reforma da Previdência que tramita no Congresso prorroga para 70 anos a possibilidade de a pessoa idosa receber um salário mínimo. Por um lado, antecipa para 60 com um valor de R\$400,00, e, por outro, prorroga para 70 o direito de receber o valor correspondente a um salário mínimo. Mas aí tem uma mudança que é drástica: desvincula o benefício do valor do salário mínimo. Essas pessoas com 68, 69, 70, 80 anos, sem o vínculo empregatício, sem ações representativas, têm pouca condição de lutar e reivindicar pela equiparação de um benefício ao valor do salário mínimo. Então, ao longo do tempo, se não houver a previsão constitucional da vinculação, esse benefício será corroído, e esses valores de R\$400,00 ou de R\$998,00 serão bastante reduzidos.

Querira alertá-los porque há uma perversidade na lógica que foi apresentada na reforma. A deputada Ana Paula sabe disso muito bem, assim como eu, pois ela é assistente social e milita muito nessa política pública. Amanhã, deputada Ana Paula, é o nosso dia, o Dia Nacional do Assistente Social. Qual a lógica? De um lado, tem-se uma reforma que dificulta o acesso das pessoas à previdência, à aposentadoria, e do outro, há pessoas empobrecidas que poderão acessar o Benefício de Prestação Continuada. Só que aí não será o Benefício de Prestação Continuada de um salário mínimo. O benefício será de R\$400,00, desvinculado do salário mínimo.

Alguns economistas da equipe do ministro Paulo Guedes – já ouvi entrevistas – dizem: “Não, mas a curva de expectativa de vida aumenta, e, para o idoso que atinge 65 anos, sua expectativa de vida supera 18 anos. Portanto, ele iria até 83 anos”. Eles defendem, deputado Bruno, a ida até 70 anos. Acrescem a linha de corte para 70 porque falam: “Não, mas as pessoas vão viver até 83 anos”. Eles utilizam o dado estatístico da média. Quando você pega o público que é objeto do Benefício de Prestação Continuada, que é o público mais pobre, a expectativa de vida não é, para quem atinge 65, de 83. É sim 72, 73 anos. Portanto, em tese, eles teriam apenas 2 anos de direito ao benefício.

Estou aqui fazendo um debate sem clichê, sem ideologização. Estou fazendo um debate aqui do ponto de vista do impacto da medida para as pessoas mais pobres, para os idosos e para a nossa rede de proteção social, construída no pós-88. Não é justo que

essas pessoas paguem o pato, que essas pessoas, lá na ponta, desprotegidas, exatamente na hora em que o Brasil dificulta o acesso aos benefícios previdenciários, também tenham o poder de acesso e de compra do valor atribuído ao benefício assistencial corroídos.

Essa proposta é perversa. O Brasil poderá se transformar num país de idosos abandonados. O fenômeno do idoso de rua substituirá o fenômeno da criança com trajetória de rua, com todos os impactos que essa medida trará também para o próprio Sistema Único de Saúde, porque o desamparo do idoso também vai ter repercussões em várias faces da sua vida.

O deputado Bruno Engler (em aparte)* – Deputado André, só quero pontuar que discordo um pouco de V. Exa. Até entendo juridicamente a importância da vinculação ao salário mínimo, mas, para as pessoas que vão receber BPC aos 70 anos, continuará sendo o salário mínimo. Isso não está sendo alterado. Quanto ao valor de R\$400,00, naturalmente terá o reajuste inflacionário. Sabemos como funciona. Daqui a 10 anos, R\$400,00 não terão o mesmo poder de compra que R\$400,00 têm hoje.

Como V. Exa. bem pontuou, algumas pessoas se esquecem de falar que os R\$400,00 começarão a ser pagos aos 60 anos. Hoje as pessoas, até os 65 anos, não recebem nada. Já vão começar a ter uma ajuda aos 60 anos. Sabemos da importância disso. Aumenta para 70 anos a idade para receber o BPC. Realmente quando fazemos uma média de expectativa de vida, há uma diferença entre classes sociais, mas todas as classes sociais estão com a expectativa de vida aumentando. São avanços que a gente tem na área da saúde, na área da alimentação. Hoje as pessoas vivem mais que antigamente. Creio até que isso seja uma coisa muito positiva. O governo está buscando medidas para fazer um ajuste financeiro.

Achei interessante V. Exa. ter mencionado o dinamismo econômico, a questão, por exemplo, do Bolsa Família. Com o combate a fraudes, vamos implementar, a partir deste ano, o 13º do programa, justamente para dar um dinamismo maior aos beneficiários.

Então, acho que o governo está buscando uma solução para uma economia que está muito precarizada. Podemos discutir as soluções. Estamos aqui fazendo uma discussão de alto nível, sem paixão, sem xingamento, mas não acho que o governo está sendo perverso ou desumano. Acredito que ele buscou uma solução que possa pegar essas pessoas a partir de 60 anos já com uma ajuda e a partir dos 70 com o benefício integral do salário mínimo.

O deputado André Quintão* – Agradeço o aparte, deputado Bruno.

Esse valor atribuído de R\$400,00 entre 60 e 65 anos, obviamente nós não nos posicionamos contra. O nosso posicionamento é que o benefício constitucionalmente aprovado de um salário mínimo após 65 anos não seja adiado para os 70 anos. Até tenho impressão de que o próprio Congresso vai repensar. Vejo, inclusive, deputados da base do Bolsonaro incomodados porque sabem que lá no ponta, principalmente em municípios menores, há um impacto.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Deputado André, obrigada pelo aparte. Só solicitei um aparte para somar aqui a essa reflexão importante do Benefício de Prestação Continuada, da renda dos idosos aposentados. Com relação a esse valor de meio salário mínimo, em torno disso, que está sendo proposto, há outros países que fizeram a reforma da Previdência similar ao modelo que está sendo apresentado para o Brasil. Temos aqui na América Latina alguns países que adotaram esse modelo com resultados muito preocupantes, especialmente na área dos idosos. V. Exa. bem disse que isso pode, inclusive, acarretar outros danos na área da saúde pública.

Quero registrar, convidar os colegas e também a população de Minas Gerais para pesquisar um pouco mais sobre a situação do Chile. Hoje, lá, os idosos recebem uma ordem de grandeza de meio salário mínimo. O índice de adoecimento na idade idosa e também de suicídio aumentou muito, fruto desse modelo que foi implementado. Então, é nosso papel aqui fazer uma reflexão aprofundada, desapaixonada, mas à luz da realidade das propostas que estão sendo feitas, porque o impacto não será agora, não será imediato, mas daqui a alguns anos, e certamente todos queremos o bem-estar da nossa sociedade e queremos que as pessoas tenham vida, vida plena e em abundância.

O deputado André Quintão* – Muito obrigado, deputada. E essa medida, obviamente, é dentro de um contexto de uma reforma que muda um regime de solidariedade para um de capitalização, que desconstitucionaliza conquistas e que não aponta alternativas de combate à sonegação, de cobrar quem deve à Previdência, que seriam medidas muito mais efetivas.

Mas, aproveitando aqui a presença do líder do bloco de governo, que não estava presente no pinga-fogo, bem como do líder deputado Sávio Souza Cruz, fiz uma colocação, inclusive com a ajuda do bloco que o deputado Sávio lidera, de que conseguimos quase dobrar o valor da economia da reforma administrativa do governo Zema. São quase R\$70.000.000,00, R\$80.000.000,00 nos nossos números. Nos números do governo, são R\$250.000.000,00. Usando números conservadores, isso dá uma média de R\$2.500.000,00 por dia. Já faz seis dias que a reforma chegou ao governo. Ele tem até dia 30 de maio para sancionar. A cada dia que o governador Zema não sanciona – peço 1 minuto para concluir, Sr. Presidente –, seriam R\$2.500.000,00 economizados, que é o valor que ele disse, nesse final de semana, que o governo gasta para as políticas de manutenção do gramado da área da Cidade Administrativa, inclusive muito efetivas no combate ao carrapato. Então, serão R\$2.500.000,00 por dia.

O governador Zema está num evento promovido pelo governador de São Paulo, João Dória, que parece ter exercido muita influência inclusive na relação do governador Zema com sua bancada do PSDB na Assembleia. Faço um apelo aos líderes do governo, já que o governo acompanhou toda a tramitação, só não votou antes por problema de relacionamento com a sua base na Assembleia. Então, que ele pudesse acelerar... É uma medida... O governador gosta dessas economias de R\$2.000.000,00, R\$3.000.000,00, e são muito importantes. Então sugiro, deputado Gustavo, fazer gestão junto ao governador para sancionar logo a reforma administrativa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha em casa, retorno a esta tribuna para repercutir novamente uma temática de extrema importância, que merece toda a nossa atenção e é digna de aplausos, não só desta Casa mas da sociedade como um todo. Recebi uma cartilha do deputado federal Weliton Prado em que ele faz a prestação de contas das emendas que destinou para a área da saúde, no orçamento de 2016 a 2019. Inclusive quero lembrar que, no ano de 2016, o deputado Weliton Prado assinou uma carta-compromisso, registrada em cartório, se comprometendo a fazer todas as indicações para a saúde, ou seja, 100% das indicações seriam para os hospitais de câncer no Estado de Minas Gerais. E ele vem cumprindo esse compromisso que já resultou na indicação de R\$31.500.000,00 para 29 hospitais. São as emendas individuais impositivas do deputado Weliton Prado. Temos aqui agora um registro de todas essas ações.

Sempre gosto de repetir e repercutir esse assunto nesta Casa. Só para dar um exemplo, foram destinados R\$5.000.000,00 para a construção do Instituto de Oncologia da Santa Casa de BH. Aliás, o deputado Weliton Prado recebeu da santa casa o Prêmio Esperança pelas emendas destinadas ao hospital. O Hospital do Câncer de Uberlândia recebeu R\$15.000.000,00, recurso que já foi pago e serviu para fazer obras de construção do centro cirúrgico que vai dobrar o número de atendimentos e de cirurgias oncológicas realizadas nesse hospital, que também adquiriu um acelerador linear e construiu uma sala especial, um centro de transplante de medula óssea e ampliou a área de radioterapia. Nós recebemos uma homenagem do hospital, que atende mais de oitenta cidades do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Recentemente, o deputado Weliton Prado destinou R\$1.000.000,00 ao Fundo Municipal de Saúde de Unai para a construção do Hospital do Câncer do Noroeste Mineiro – Hocanom. A expectativa é de que a unidade atenda, em média, 640 pacientes por dia, além de 180 pacientes na quimioterapia; realize 196 exames; e que o centro de diagnóstico e terapia atenda aproximadamente 1.016 pessoas.

Lá, na região do Triângulo, no Município de Uberaba, o deputado Weliton Prado garantiu no orçamento R\$1.300.000,00 para o Hospital Hélio Angotti, também por meio do Fundo Municipal de Saúde de Uberaba. Nós sabemos que a cidade é um polo de excelência no tratamento oncológico, o que é fundamental também para fazer essa rede de proteção e defesa dos pacientes com câncer.

O Município de Patrocínio teve uma articulação também. Mando um abraço ao vereador Thiago Malagoli, que nos solicitou ajuda para o Hospital do Câncer de Patrocínio e recebeu R\$1.400.000,00. O hospital atende 650 pacientes de 11 municípios da região do Alto Paranaíba.

Foram destinados R\$2.000.000,00 para a construção do Hospital do Câncer Betim – Contagem pelo deputado Weliton Prado.

Há uma emenda interessante também, que é uma emenda do relator da Comissão Mista de Orçamento e que o deputado Weliton Prado priorizou para destinar aos fundos municipais e estaduais de Saúde, que farão o repassa para diversos hospitais. Foi um recurso de R\$4.000.000,00 indicados pelo deputado Weliton Prado para os hospitais que são referência no tratamento do câncer em Minas Gerais. São eles: Hospital Márcio Cunha, de Ipatinga; Hospital Hélio Angotti, do Triângulo; Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros; Hospital Dilson Godinho, de Montes Claros; Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Hospital Alberto Cavalcanti, de BH; Hospital Felício Rocho, de BH; Hospital Luxemburgo e Mário Penna, de BH; Hospital da Baleia, de BH; Hospital das Clínicas da UFMG; Hospital São João de Deus, de Divinópolis; Hospital Bom Samaritano, de Governador Valadares; Hospital Dr. João Felício, de Juiz de Fora; Hospital do Câncer de Muriaé; Santa Casa de Misericórdia de Passos; Santa Casa de Poços de Caldas; Hospital das Clínicas Samuel Libânio, de Pouso Alegre; Hospital Regional Professor Osvaldo Franco, de Betim; Hospital Bom Pastor, de Varginha; Hospital Nossa Senhora das Dores, de Ponte Nova; Hospital Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei; Hospital Nossa Senhora das Graças, de Sete Lagoas; Hospital Bom Samaritano e São Vicente de Paula, de Teófilo Otôni; Santa Casa de Misericórdia de Araxá; Hospital São Lucas, de Patos de Minas; Hospital do Câncer, de Patrocínio – que já mencionei.

Além dessas emendas destinadas diretamente aos hospitais do câncer, também destinamos mais de R\$3.750.000,00 para a aquisição de 17 vans adaptadas, garantindo a acessibilidade. Foram destinados às associações dos voluntários no combate ao câncer de 17 municípios, justamente cidades onde não há o hospital referência que faz o tratamento do câncer, mas que transporta os pacientes a um hospital. As vans já foram entregues aos voluntários de combate ao câncer de Ituiutaba, Monte Carmelo, Presidente Olegário, Engenheiro Navarro, Araguari, Santa Vitória, Campina Verde, Brasilândia de Minas, Santa Luzia, Cachoeira Dourada, Capinópolis, Douradoquara, Grupiara, Tupaciguara, Nova Ponte, Lagoa Grande e Ribeirão das Neves.

Enfim, estou fazendo esse balanço e parabenizando esse trabalho do deputado Weliton Prado, que está fazendo muita diferença. A gente sabe que é um trabalho que salva vidas. Ele está contribuindo muito, muito, muito mesmo para o combate ao câncer no Estado de Minas Gerais, inclusive numa articulação em Brasília na criação da comissão que vai defender a pessoa com o câncer no Brasil. Não temos uma comissão temática federal, na Câmara dos Deputados, que cuida dessa questão. Então, será um avanço muito grande.

Aqui, nesta cartilha, o deputado Weliton Prado coloca uma série de direitos sociais dos pacientes com câncer: direito à saúde; ao saque no FGTS; ao PIS-Pasep; ao auxílio-doença; à aposentadoria por invalidez; à isenção de Imposto de Renda na aposentadoria e prioridade na restituição; à isenção de IPI na compra de veículos; à quitação de financiamento da casa própria; ao tratamento fora do domicílio; à isenção de IPVA e de ICMS; à prioridade na Justiça; ao amparo assistencial; a dar continuidade aos seus estudos. Enfim, uma série de direitos do paciente com câncer explicados de maneira bem detalhada na cartilha.

Quero novamente ressaltar e parabenizar a luta do deputado Weliton Prado, que vem se dedicando muito a essa temática e vem fazendo uma grande diferença.

Ele é o deputado que mais trabalha em defesa dos pacientes com câncer em Minas Gerais e um dos poucos no Brasil com dedicação extraordinária a essa questão. A gente precisa entender que quem tem câncer tem pressa. Noventa por cento dos casos têm cura, tudo depende do diagnóstico precoce e de um tratamento rápido. A gente precisa diminuir todos os processos burocráticos e precisa dar realmente mais celeridade a todos esses processos, garantindo diagnóstico e tratamento adequado e com qualidade aos pacientes, para a gente salvar cada vez mais vidas.

Então, quero parabenizá-lo. É um trabalho muito humano e digno, repito, de aplausos. É um exemplo do deputado Weliton Prado, que já destinou, de 2016 a 2019, nesse compromisso que ele assinou em cartório de que as verbas impositivas, individuais de cada deputado seriam destinadas ao setor da saúde, 100% aos hospitais do câncer. Então, nesse período de 2016 a 2019, já foram destinados R\$31.500.000,00 a 29 hospitais do câncer em Minas Gerais. Parabéns, deputado Weliton Prado.

Nós, com nossas emendas, também estamos contribuindo. Inclusive colocamos, para contribuir com esse trabalho do deputado Weliton Prado, não só na região do Triângulo Mineiro, mas destacando o Instituto de Oncologia Santa Casa BH, R\$5.000.000,00. Esse instituto faz um trabalho extraordinário, tem uma equipe muito humana, que nos atendeu lá com muito carinho e que salva a vida de muita gente. Quero inclusive agradecer pelo Prêmio Esperança que o deputado Weliton Prado recebeu da Santa Casa, justamente pelo reconhecimento ao trabalho em defesa dos pacientes com câncer no Estado de Minas Gerais, em especial da região de Belo Horizonte. Era o que tinha a dizer, presidente. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fernando Pacheco* – Boa tarde, presidente, deputado Antonio Carlos Arantes; boa tarde a todos os deputados, a todas as deputadas. É de suma importância para a minha função, na Assembleia, falar sobre esse requerimento. A Santa Casa de Misericórdia de Cataguases é uma instituição centenária que vem atravessando um momento falimentar. As condições são precárias: são R\$27.000.000,00 de dívidas, atrasos em repasses, descumprimento do município, do Estado e da União. Essa instituição não está tendo nenhum apoio do ponto de vista efetivo, chegando ao ponto de ameaçar paralisar o serviço, que é o único da cidade e da Microrregião Cataguases-Leopoldina.

Sendo assim, presidente, é importante pedir o apoio dos deputados presentes para que aprovelem esse requerimento, que é uma forma institucional de cobrar dos secretários de Estado da Saúde e da Fazenda um posicionamento, para exercermos a atribuição de deputado junto ao Poder Executivo, ao poder das ONGs, hospitais e santas casas, porque, a continuar desse jeito, fica parecendo, também, que o deputado é inoperante e não faz nada. O deputado não pode dar prazo, fazer pagamentos e efetivar decisões executivas.

Por isso, trouxe esse requerimento para o Plenário e quero o reforço de todos os deputados. O governo do Estado deve R\$2.044.000,00 dos R\$26.000.000,00 de dívida que há no hospital de Cataguases. Eu sei que R\$2.044.000,00 não resolvem o problema, mas os médicos do hospital estão há sete meses sem receber. Eles chegaram ao ponto de só querer atender pacientes em situação de risco de morte. Nem os casos de urgência e emergência seriam atendidos, mas apenas os que tivessem risco de morte.

A sociedade ficou revoltada, insegura. Precisamos levar esse documento ao governador, ao secretário de Governo, ao secretário da Fazenda e ao secretário de Saúde, porque, em 2014, o governo estadual da época esteve em nossa cidade prometendo-nos a participação do hospital na rede de urgência e emergência. Com isso, viriam R\$4.500.000,00 para construir um pronto-socorro novo e haveria UTIs neonatais, o que hoje não há, além de um aumento de 20 leitos de UTIs para adultos. Em troca disso, 92 municípios viriam a ser pactuados nessa rede de urgência e emergência da Macro Sudeste.

Assim foi programado. Desceram de helicóptero em Cataguases, fizeram termo de compromisso formal. Temos vídeos, fotos, documentos; deputados estaduais que militam na área da saúde estiveram presentes, e secretários de Estado de Saúde disseram que usuários do SUS iriam pisar no mesmo granito que o usuário do Sistema Unimed ou particular. Lá, fizeram um engodo, fizeram uma grande demagogia. Jogaram despesas de mais 92 municípios dentro do hospital de Cataguases. E nada se fez a respeito do dinheiro que viria para construir o pronto-socorro, instalar a UTI neonatal e aumentar e ampliar as UTIs convencionais. De 2014 para cá, a situação do hospital chegou a esse ponto falimentar de decretar propriamente a entrega do pronto-socorro para a prefeitura, que não tem onde colocá-lo.

Estamos aqui pedindo aos deputados que aprovelem esse requerimento e que também possam criar uma forma de publicizar isso a fim de atentarmos para outros hospitais que estão com o mesmo problema. Acho que nós, que somos da microrregião e do

interior, ficávamos no esquecimento, porque as informações que estão aqui, às vezes, não aconteciam de chegar até lá. Aqui, não tínhamos um deputado estadual.

Então, no exercício da função de deputado estadual, quero trazer essas informações de lá para cá e daqui para lá e buscar com as pessoas que detêm a resolução do problema o que prometeram e não cumpriram. Estamos aqui, por enquanto, pedindo R\$2.044.000,00 de repasses que o governo estadual da gestão passada não mandou. Isso está prejudicando o hospital. Como eu disse, os médicos estão há sete meses sem receber, enfermeiros recebem atrasado e parcelado. Eu queria dizer que nós, como controle interno, temos que exercer essa função.

Eu estou fazendo na minha região, e espero que outros façam na sua região, para começarmos a ganhar força e a fazer valer o exercício da função de deputado, que é fiscalizar, que é ser consultor do Executivo naquilo que lhe compete, e que é também fazer leis. Nós temos que mobilizar a sociedade, mas primeiro precisamos nos mobilizar. Então o deputado é esse controle externo, e ele tem que atuar. E eu estou atuando dessa maneira. Peço a ajuda de todos os deputados.

Em termos de proteger, promover e recuperar a saúde, fica difícil se essas ações do governo não são cumpridas. Eu estou cobrando deste governo agora, mesmo que o problema tenha se originado nos governos anteriores, um prometendo e não cumprindo, e o outro não cumprindo e também não pagando repasses.

Então a situação remonta a R\$2.044.000,00 de repasses. São portarias que cumpriram o programa do Pro-Hosp, do Prourge, de outras receitas que foram pactuadas e não foram cumpridas. Nesse contexto, o risco de paralisação é iminente.

Então queria pedir, presidente, que esta Casa também pudesse encontrar alternativas. Eu sou um principiante, creio que haja deputados aqui com muito mais experiência do que eu que possam me ajudar nessa luta, porque nós temos que ter a empatia de nos colocar no lugar dos usuários. Nós temos bons planos de saúde, nós não precisamos nos preocupar com o nosso atendimento. Mas as pessoas que confiaram na gente para sermos os seus representantes não estão tendo nem o atendimento básico necessário de ser acolhido num pronto-socorro.

Então a nossa região de Cataguases e Leopoldina, que tem 15 municípios diretamente relacionados a esse hospital, está correndo o risco de não ter mais essa estrutura para dar suporte. E aí, empresários, funcionários e pessoas comuns terão prejuízo de integridade física. Não vai adiantar correr para Juiz de Fora, a 120km, porque, se for um infarto, vão morrer antes.

Então é importante que esse requerimento crie um eco de ressonância lá no governo estadual e possa sensibilizar o governador, o secretário de Fazenda, o secretário de Saúde. Que todos possam olhar por todas as prioridades. No caso, estou citando a minha, mas, se houver uma prioridade maior do que a minha, que ele dê então a devida atenção a essa prioridade maior. Mas que programe. A função do gestor não é só pagar; é programar os pagamentos, é planejar financeiramente, é fazer o ajuste necessário para não gastar mais do que arrecada. E é principalmente, presidente, cumprir com o compromisso do que foi cancelado em portarias, em normas, em leis, e que o Estado fala mas não faz.

Então peço a todos os deputados um apoio para aprovar o requerimento. Esse requerimento de número 326 é de suma importância para mim, porque, dessa forma, eu posso voltar ao governador, posso voltar ao secretário de Saúde e ao secretário de Fazenda e falar que eles têm que ir lá para conhecer, para ver como está funcionando o nosso pronto-socorro. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o deputado Fernando. Acho que é por aí. O deputado traz aqui a voz da região. E o que nós acompanhamos hoje, deputado, é que não é só lá, mas em toda Minas Gerais. Lá é um pouco mais prejudicado que em outras regiões, mas infelizmente são todas as santas casas. Há o problema de Ubá, o problema de Belo Horizonte, o problema de toda a região.

Mas eu fico olhando e falava com o deputado Doorgal que é muito esquisito e não dá para entender. O presidente Agostinho Patrus fortaleceu o governo, pediu aos deputados que votassem o projeto para uma economia, que foi mandado para esta Casa, e vimos aqui... O deputado Tramonte está balançando até hoje lá no seu programa, porque ele tem a audiência que tem e tem os votos que tem.

O pessoal virava para o Tramonte, ali fora, e perguntava: “Tramonte, naquela economia que o governador falou de R\$32.000.000,00, a Assembleia fez, por meio do deputado Agostinho e desta Casa, as emendas necessárias?”. Passaram para R\$100.000.000,00. E eu conversava com o deputado André, hoje. Aí, o deputado Tramonte vai balançar mesmo, a televisão dele vai balançar, porque a TV Assembleia, que nós criamos há 25 anos, já está acostumada a não balançar mais, porque aqui já ouvimos falar: “Isso aqui é uma Casa do espanto”. E o espanto maior o povo mineiro tem.

Olhe só, telespectador! E o André falava, nós conversávamos mais cedo. Falei: Doorgal, faz as contas. Se, por mês, o projeto que nós aprovamos na Assembleia dá economia para o governo hoje... Veio com R\$32.000.000,00 e vai chegar a R\$100.000.000,00, aprovado por esta Casa. Uma economia mensal, Tramonte! O governador pega o avião de carreira, porque é tão miserável! Se eu tivesse o dinheiro que ele tem... Eu, com o pouco que ganho, com o patrimônio que tenho, não viajo na classe econômica, e ele ainda foi numa poltrona *comfort*. Poltrona *comfort*. O governo deve ter pagado alguma coisa a mais para ele. Ele devia ter enfiado a mão no bolso e comprado uma passagem na classe executiva. O cara é empresário, será que ele tem o dinheiro todo que fala que tem? Se é para ele, gastando com ele... Vamos economizar para o Estado. “Aqui, oh, eu não fiz a promessa que eu fiz, eu não doei, eu não deixei de receber. Estou recebendo o meu pagamento. Então, vou comprar uma passagem porque tenho dinheiro. Compro a passagem e vou do jeito que eu quiser”. Então, deveria ter ido.

Agora, presidente, V. Exa. correu, fez essa campanha, nós nos juntamos na Assembleia, vamos votar, vamos apoiar. Aí o governador chegou, pegando o Doquinha, o Duarte Bechir, na redação final, com todo o respeito: “Duarte, nós temos que correr atrás, nós temos que fazer, tem que sancionar, tem que mandar para o governo, é economia”. Aí, o Duarte pegou na segunda-feira, na terça-feira, correu atrás, foi lá, mandou para o governo. O governo, em vez de sancionar... Aí, já estamos passando segunda, terça, quarta. Vamos colocar quanto é que o governo perdeu, Fernando, com essa economia que foi feita no projeto que veio aqui. Só essa viagemzinha do governador, de não ter sancionado o projeto... Aí eu lembro que o vice-governador pode sancionar, e faço um apelo para que sancione o projeto aprovado por esta Casa, que traz uma economia de quase R\$100.000.000,00 por mês. Não adiantou, João Magalhães, V. Exa. ser cobrado pela imprensa, não atender o relator... O governador não sancionou, o governador pegou e falou o seguinte: “Vou colocar a viola debaixo do braço e vou lá em Nova York, porque vou fazer uma reunião lá, e não vou sancionar”.

Agora, qual é o prejuízo do novo projeto que o governo não sanciona? Segunda-feira não foi, terça-feira também não, quarta também não. E o governador, viajando uma semana. Qual é o prejuízo? O Doorgal está fazendo as contas, e vamos colocar R\$100.000.000,00. Quanto dá por dia? Quanto dá por dia, governador? São R\$3.300.000,00 por dia nessa brincadeira de o governador viajar e não sancionar, presidente Agostinho Patrus. Com R\$3.000.000,00 de ontem e de hoje pagava-se o prejuízo que estão dando para o hospital de Cataguases. São dois. Iam pagar Cataguases, Ubá, Muriaé. Aqui, olhe, o jato que ele vendeu, vamos colocar na cabeça. O governador colocou lá: “Eu vendi o jato do Palácio por R\$2.100.000,00”. Eu acho que valia mais, mas está bom, vendeu na liquidação por R\$2.100.000,00. Olhe o Novo. Vendeu por R\$2.100.000,00, e está perdendo R\$3.300.000,00 por dia. Quanto que dá a responsabilidade, Sr. Bartô? Eu tinha batido aqui na mesa e falado: oh, governador, espere aí, antes de viajar, vamos sancionar. Por quê? O povo belo-horizontino, o povo mineiro quer saber. Se ele falou que economiza R\$100.000.000,00, por que está esperando para sancionar um projeto? Do que está dependendo para colocar isso em prática?

O dinheiro de ontem já dava para pagar o hospital. Quanto está dando? Então, é só fazer as contas. São R\$100.000.000,00. Todo mundo ouviu. Estão mandando um projeto. V. Exa., Duarte Bechir, não recebeu um telefonema da imprensa – fale aqui –, pedindo para sancionar com a redação final, para que esta Casa votasse, porque estava dando prejuízo? E o prejuízo ia pegar. V. Exa.

não correu e fez a redação? Na mesma hora, ela está aqui. Pode sancionar. Então não é R\$1.000.000.000,00, não. Não vou discutir com o líder do governo. Não vou discutir com o líder do governo; não vou discutir porque ele é meu amigo. É só fazer as contas.

Então, se aqui veio... Vimos deputados colocarem aqui: “Governador Zema mandou um projeto de R\$32.000.000,00 por mês”. Nós o passamos e vamos colocar para R\$90.000.000,00, R\$100.000.000,00. São três. (– Intervenção fora do microfone.) É por ano? Ah, é por ano, gente! Então vamos fazer essa divisão por ano. Mesmo assim, há prejuízo, apesar de ser menor.

Então, vou fazer um apelo ao vice-governador Paulo Brant para que sancione o projeto. O povo mineiro cobrou desta Casa, a galeria cobrou a aprovação do projeto, e nós, deputados estaduais de Minas Gerais, estamos cobrando para que o governador de Minas em exercício, o Sr. Paulo Brant, sancione-o e o coloque em prática, porque, com essa economia de dois meses, de dois dias, de três dias, de quatro dias, vamos pagar à Santa Casa de Cataguases. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Espero, deputado Doorgal, que mostrem, acima de tudo, todas as contas, para que a gente apresente ao povo mineiro o prejuízo de um projeto, de uma lei não sancionada pelo governador de Minas Gerais.

Alô, Paulo Brant, está na hora de sancionar, com urgência, esse projeto, que esta Casa melhorou, e melhorou muito, viabilizando uma economia muito maior. Se o Partido Novo fez uma, nós, antigos, velhos, deputados passados aqui, fizemos muito mais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, gostaria também de orientar aqui o Bloco Democracia e Luta no sentido da manutenção do veto. Entendemos que a matéria e a preocupação dos deputados que votaram, aprovaram, inclusive o deputado Inácio, são relevantes no sentido de criar mecanismo de celeridade. O governo do Estado tem um passivo de multas, de recursos. São 60, 70 mil e um crédito estimado de 2 a 3 bilhões de reais. É exatamente nesse sentido que o nosso bloco tem apontado alternativas, inclusive de captação de recursos sem precisar aderir ao regime de recuperação fiscal. No entanto, a adoção desses mecanismos precisa ser feita paralelamente à mudança na legislação. Se mudarmos a legislação e não criarmos mecanismos internos de gestão para dar celeridade ao julgamento dos recursos e cobrança ou não das multas, poderemos gerar o entendimento de que estaríamos abrindo mão de uma possível receita, o que seria contraditório com o momento que estamos vivendo.

Mas eu queria ressaltar que o deputado Inácio se mostrou bastante aberto nesse debate, no sentido de buscar uma solução. Então, o que não podemos é ficar omissos e passivos. É prudente manter o veto, até porque nós não temos garantia de, concomitantemente à derrubada do veto, o Estado adotar mecanismos de celeridade. Se ele não adotá-los, o resultado será exatamente um crédito não tributário que deixará de ser recebido.

Então, nós orientamos pela manutenção do veto, mas estamos abertos para a continuidade desse debate, ou seja, dentro da lei, agilizar e inclusive criar mecanismos que possam, não escorchar o contribuinte, mas, no caso daqueles que já foram julgados, punidos com as multas, que eles possam fazer a sua contribuição, ser cobrados e o Estado não ser penalizado. Então, nosso voto é pela manutenção desse veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bartô* – Obrigado, presidente. O que o deputado André Quintão falou aqui representou muito bem o que eu acredito também. Quero só ressaltar alguns detalhes. Realmente, não cobrar das empresas que fizeram alguma coisa de errado é exatamente dar uma anistia a elas, e isso não é coerente. Mas a preocupação do Inácio, que propôs esse projeto, é muito legítima. São 76 mil processos de multas parados, e apenas 18 foram votados no ano de 2018. Isso é uma morosidade que o Estado não pode suportar. Para ilustrar melhor: quem estava devendo, quem tomou uma multa de R\$10.000,00 há cinco anos paga R\$16.700,00 hoje; quem tomou uma multa de R\$10.000,00 há 10 anos paga R\$26.300,00 hoje. Quando se chega a 20 anos atrás, esses R\$10.000,00 chegam a R\$132.000,00. E estamos falando de processos que estão parados há muito tempo. Por exemplo, agora, em 2018, desses 18 projetos que foram julgados, um era de 2011; três, de 2005; um, de 2006; e quatro, de 2007. Então, simplesmente é a morosidade do

Estado, e a gente não pode colocar isso nas costas do empreendedor, mas também não podemos dar um sinal para a impunidade. Por isso estou a favor do veto, mas corroboro aqui a forma de pensar do Inácio. Penso que a Casa toda aqui está voltada a dar uma solução melhor para isso. O próprio Noraldino falará logo em seguida, e ele tem uma proposição muito bacana.

E isso aí. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, embora já tenha havido aqui encaminhamentos os mais pertinentes possíveis, em nome do Bloco Minas Tem História, quero encaminhar a favor da manutenção do veto, mas com o registro da importância da iniciativa do deputado Inácio Franco de trazer essa situação à discussão nesta Casa.

Acredito que, com o tempo, haveremos de encontrar uma fórmula que seja asseguradora da tranquilidade dos empreendedores de saber a regra do jogo. Espero que eles não fiquem com uma espada de Dâmoles, por tempo indeterminado, sobre suas cabeças sem haver uma definição final dos seus autos de infração. Por outro lado, espero que fique assegurado que a sociedade não conviverá com a impunidade daquelas transgressões à legislação ambiental.

Acho que poderemos chegar a bom porto. Mais uma vez, manifesto aqui a meu reconhecimento à iniciativa do deputado Inácio Franco que trouxe essa discussão. Terminando encaminhando aos membros do Bloco Minas Tem História pela manutenção do veto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, inicialmente queria parabenizar o deputado Inácio Franco por ele trazer a esta Casa uma discussão sobre um assunto de extrema relevância. A todos os deputados com os quais tive oportunidade de conversar, pude levar a minha posição contrária a essa matéria, sempre reconhecendo a importância da iniciativa do deputado Inácio Franco, a sua nobreza e a sua preocupação. É um assunto sério que traz prejuízos à sociedade civil, aos empreendedores.

Acredito que esta Casa está ponderando de forma correta pela manutenção do veto. Acredito que vamos avançar para um diálogo com o governo. Nesse diálogo, deputado Inácio Franco, acho que sua preocupação vai ser contemplada. Não podemos ter um processo de cinco, de seis anos de análise, e o sujeito pagando atualização monetária e juros sobre esse processo. Corroboro com o deputado Inácio Franco quanto à proposta de que, depois dos dois primeiros anos da tramitação do processo, cessem a atualização monetária e a cobrança de juros, e que esses voltem a ser cobrados só quando o processo estiver concluído.

Acho que o deputado trouxe-nos uma informação de extrema importância. Ele é um deputado atuante. Todos nós confiamos nesse deputado, na sua integridade. Ele nos trouxe um ponto relevante. É necessário que possamos conhecer o sistema de avaliação e de julgamento dos autos de infração.

Já concluo, Sr. Presidente. Só para o senhor ter uma noção, eles estão pedindo há vários anos um sistema para ser implantado, a fim de acelerar o processo de julgamento. Hoje os processos são julgados pelo sistema Excel. É uma planilha Excel que eles estão usando. Eles até fizeram um convite aos deputados, caso pudessem, para que passassem lá e vissem as dificuldades. O governo também pode dar atenção àquele setor que é muito importante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cássio Soares* – Muito obrigado, Sr. Presidente, deputados, deputadas, colegas, população mineira que nos assiste, especialmente os deputados e as deputadas do Bloco Liberdade e Progresso. De igual modo, estamos encaminhando neste momento pela manutenção do veto, porém sem discutir o mérito.

Nobre deputado Inácio Franco, já tivemos oportunidade de discutir o tema. É extremamente necessário que voltemos à sua discussão em momento oportuno. O empreendedor, o produtor rural ingressa com um pedido de licenciamento e seu projeto fica

parado, estagnado, em razão da morosidade, da burocracia do governo, das estruturas de governo. Esse mesmo produtor, empreendedor, é penalizado tendo seu nome negativado em determinados momentos e situações.

Quando ele vai pedir um empréstimo para investir, produzir e gerar renda, tem o impeditivo de ter o seu nome negativado, sem ter dado margem alguma para essa negativação. A morosidade do Estado, a dificuldade burocrática, seja ela de qualquer forma, de qualquer ordem, o atrapalha.

Nobre deputado Noraldino, assim como V. Exa. disse que a secretaria tem dificuldades, acho que é salutar a Assembleia conhecê-las. Mais do que a Assembleia conhecer as dificuldades da Secretaria de Meio Ambiente, é importante o próprio governo entender que a Secretaria de Meio Ambiente passa por essas necessidades urgentes. É lamentável que uma secretaria da envergadura da de Meio Ambiente conte com planilhas de Excel para tratar tamanho volume de processos que estão em andamento dentro dessa secretaria tão importante.

Portanto, o nosso encaminhamento, Sr. Presidente, é pela manutenção do veto, porém contando, assim como disse o líder de governo, deputado Gustavo Valadares, que em breve o governo vai trazer a esta Casa uma discussão adequada para tenhamos formas mais eficientes de tratar esses processos ambientais.

Então, parabéns, deputado Inácio, pela preocupação, pela proposição. Vamos aguardar o governo encaminhá-la a esta Casa.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Inácio Franco* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje, na parte da manhã, tivemos reunião de líderes e discutimos esse projeto. O próprio governo é favorável a ele.

Vou explicar com rápidas palavras esse projeto. Houve um mal-entendido de alguns parlamentares falando que estaríamos dando uma anistia, um perdão de multas de créditos não tributários. Esse projeto não está isentando, não está anistiando ninguém. Ele é simplesmente para cobrar eficiência do governo. Votamos aqui, na semana retrasada, a reforma administrativa, o projeto do governador sobre a reforma administrativa. O próprio governo fala sobre a eficiência da máquina pública. Esse projeto que mandamos, que passou pelas comissões, que foi votado em Plenário, é exatamente isto, o Estado ter eficiência. Vou dar um exemplo. Lá no IMA há processos de 22 anos parados. Um produtor rural vai tirar um empréstimo no banco e precisa de certidão. A instituição exige do produtor rural uma certidão negativa, mas ela vem positiva. Esse projeto é exatamente para isto: fazer com que o Estado julgue esses processos. Estamos vendo o Estado falando que está em situação difícil, que o Estado de Minas está quebrado. Lá há mais de 60.000 processos a serem julgados. Vamos julgá-los. Agora, um processo ficar 5, 10, 15, 20 anos para ser julgado e penalizando pessoas que estão querendo trabalhar e produzir, não concordamos.

Há um mesmo projeto similar a esse na Câmara dos Deputados. Há uma lei federal que faz com que esses processos estejam prescritos.

Houve um entendimento com o governo, na parte da manhã de hoje, para que ele próprio, reconhecendo a importância desse projeto, volte com o projeto, para que possamos votá-lo. Concordamos hoje na parte da manhã e gostaria de agradecer aos colegas deputados. Inúmeros parlamentares perguntaram sobre a manutenção e a derrubada do veto. Eu disse que poderiam atender cada bloco para manter o veto. Eu, como autor, vou votar pela derrubada, mas os colegas estão liberados. Esperamos um novo projeto do governo, que não será da autoria deste deputado, e sim do próprio governo, para podermos corrigir essa deficiência e fazer com que os processos tenham andamento, não prejudicando quem queira trabalhar, quem está produzindo e também gerando créditos para o Estado. Se os créditos existem para ser cobrados, que julguem os processos, que façam cobrança. Este deputado não pediu anistia hora alguma; hora alguma nós pedimos anistia para nenhum processo. Queremos, sim, o julgamento desses processos. Quem tiver de pagar que pague. Muito obrigado a todos os pares. Vamos esperar esse novo projeto que será enviado a esta Casa. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Sr. Presidente, vou contar para vocês, telespectadores da TV Assembleia... Disseram-me que ninguém mais vê televisão, que o negócio agora é a internet, que televisão é passado, mas foi o deputado Alencar da Silveira que criou a TV Assembleia, que hoje entra na casa de cada um dos mineiros.

Não consigo entender, Sr. Presidente, não sou oposição ao governador, não faço oposição ao governador, mas não posso aceitar um veto numa matéria dessa. No programa de governo do partido Novo, Novo, no partido do Zema, ele publicou – tenho até que virar agora, Sr. Presidente –, ele publicou... Está no partido do governo, no partido que disse que não pode haver reeleição. Aí eu vou falar para vocês: é brincadeira!

O governo colocou lá: “Uso de tecnologia no combate à violência e à impunidade”; “Proposta de viaturas com GPS”. Em viaturas! Está aqui, está aqui, gente, e mudou. Mas o que mudou? Não dá para entender. O Brasil inteiro chega perto do deputado Alencar da Silveira – quando rodo o Brasil inteiro... Olha que eu viajo muito. Viajo, aprendo, trago tecnologia, como as câmeras que estarão nas autoescolas. São quantos os projetos que trouxemos para esta Casa que buscamos lá fora? Mas não dá para entender. Houve um governador que falou que ia até colocar uma camerazinha nos policiais, que cada policial ia andar com uma câmera para mostrar o que ele está fazendo. Sr. Presidente, não dá para entender, não dá para entender, acho que não se pode fazer política dessa maneira. Tenho 30 anos disso aqui. Não se pode fazer política prometendo e, quando chegar, não cumprir.

Olha, aqui, quantos são os mineiros que estão decepcionados como estou hoje? Quando ouvi na campanha que ia haver GPS na viatura, ia haver *drone* para a minha segurança, tudo no programa de governo, tecnologia à disposição de todos... Quantos são os mineiros que não estão aceitando isso?

É muito bonito numa rede social colocar, Sr. Presidente, mas, quando se coloca isso, pode atrapalhar um passado que todos nós temos aqui.

Será que isto é que é o certo, vetar um projeto dessa natureza, importante como esse e que está no programa de governo do partido? Quantos são aqueles que votaram, Sr. Presidente? Quando recebia e pegou no cartório... Mandeí ao cartório R\$26,00 – Roberto, certidão está cara. Ele fala: “Estamos reconhecendo em cartório, eu e o meu vice,” – e o coitado do vice sem poder falar nada –, “que não vou receber salário enquanto não lhes pagarem”. É isso que não dá. Aí a gente tem que falar: gasto menos do que o outro, estou gastando menos do que o outro. Espere, não é por aí, não é falar isso. É no programa de governo que está, Sr. Presidente... Como esta Casa não aprovaria um projeto dessa natureza? Aprovou, mas como não vai derrubar o veto? É só colocar isso na cabeça.

Agora, vale falar mentira em eleição? A indignação não é minha, é da população brasileira. Vale chegar e falar “Sou o novo, faço isso, vou a cartório, mas vou mentir quando estiver lá”? Será que é isso? Será que o Cleitinho, quando faz os vídeos, fica satisfeito? “Gente, estou aqui para mostrar que as viaturas estão aqui, do lado de fora.” Será que o Cleitinho, quando está mostrando isso tudo, está satisfeito? Falei do Tramonte. Será que ele não está balançando? Será que cada um dos senhores que sofreram nessa última eleição com um papo só... “Queremos o Novo, porque o Novo promete isso, isso e isso.” Mas promete e não cumpre. É falta de vergonha na cara vetar um projeto dessa natureza!

No programa de governo do partido está aqui: uso de GPS. Isso é brincadeira! Não podemos continuar aceitando demagogia. O que o Léo falou outro dia é certo: é brincadeira o que estamos vendo passar em Minas Gerais. E o Brasil brevemente vai ver também, porque, olhe, prometeu tem que cumprir! Ninguém é obrigado a prometer, mas a cumprir é. Ninguém é obrigado a tratar, mas cumprir é.

Então não adianta. Gostaria muito que o governador tivesse a hombridade de subir àquela tribuna, como quando veio aqui no dia da eleição. Primeiro, ele chegou e disse: “Vou estar na Assembleia de três em três meses”. Todo mundo aqui ouviu. Então, gostaria que ele viesse aqui e falasse: “Errei”. Não é assim que se faz política, não adianta só técnicos. Tem que haver um lado, sim, humano, um lado da população, um lado que o povo quer, um Brasil melhor. Agora não é só cascando, tirando... GPS em viatura é questão de segurança pública. Prometeu, tem que cumprir!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo* – Boa tarde a todos os colegas deputados. Sr. Presidente, deputados que compõem esta Mesa diretora, essa questão do GPS é muito tranquila. Não podemos nem esquecer que, daqui a uns dias, todos os veículos virão com GPS. Sou delegado de polícia, temos colegas aqui, a Sheila, e temos o Coronel Sandro, que é policial militar e trabalhou na rua. Quantas e quantas vezes um colega, numa viatura, fala o seguinte: “Me dá um apoio aqui”... A pergunta é: “Onde você está?” “Estou aqui.” “Então me mande a localização.” E isso acabará.

Vamos usar a tecnologia a serviço do combate à criminalidade. Essa questão do GPS para as viaturas, principalmente para as viaturas, Sr. Presidente, é para dar segurança também aos policiais. Estamos num momento em que policiais são inteiramente alvejados. Não no nosso estado, mas em outros estados morrem policiais todos os dias. Talvez se eles estivessem, no momento, com um GPS, isso poderia ajudar na localização, no perigo que ele está correndo.

E no Estado de Minas não vai demorar muito, não. Por quê? Porque, em São Paulo, o governo está fazendo um combate à criminalidade muito duro, muito rígido. Isso faz com que as coisas, quando você as aperta nas mãos, saiam entre os dedos. Ontem vi um vídeo gravado pelo próprio governador do Rio de Janeiro, que enfrenta a criminalidade nas cidades circunvizinhas ao estado. Isso tudo é aperto. Quando você pega um gato e o coloca dentro de uma sala ou de um quarto, ele só tem um caminho: ir para cima de você. Então o GPS vai ajudar muito na questão da localização.

Está falando aqui uma pessoa que viveu a vida inteira nesse sistema. Há alguns anos, não precisava disso, mas, no momento atual, isso é importante. Eu não acredito que o governo analisou essa questão para vetar. Até porque, como foi dito pelo deputado Alencarzinho, num discurso inflamado, está no plano de governo do atual governador colocar GPS nas viaturas. Essa questão do GPS até nas ambulâncias é importante, mas ele é muito mais importante nas viaturas, por segurança, até porque muita gente fala: “A viatura não foi, porque não quis”. Mas ela estará empenhada em alguma diligência e constará onde estava. Então, podem ter certeza, é importante a derrubada do veto sobre o GPS nas viaturas. É uma chance que temos de dar segurança não só à população, mas aos policiais que estão dentro das viaturas, às vezes sozinhos, sem poder encontrar ou sem condição de informar a sua localização, porque nem sempre é possível, pois está dirigindo, trocando tiros com bandido e tendo que mexer no celular. Você fala: “Olhe no meu GPS, que saberá onde estou”. E vamos saber onde precisa-se de apoio policial.

Então estou aqui defendendo a derrubada do veto, pela segurança dos policiais. Talvez muitos policiais não queiram. Aqueles que não querem são os que gostam de pegar a viatura e sair passeando, mas hoje a maioria esmagadora de policiais civis e militares e bombeiros são pessoas que estão empenhadas. Às vezes recebendo salários atrasados, como ficamos um tempão e estamos até hoje, mas sempre contribuindo, sempre trabalhando e colocando a vida em risco num enfrentamento, no dia a dia, e não tem deixado a população sozinha. Então, vim aqui pedir esse apoio de vocês. Vamos derrubar esse veto, porque ele é muito importante para a segurança dos policiais. Muito obrigado, Sr. Presidente. Devolvo a palavra.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bartô* – Serei breve, presidente. Obrigado. Só queria falar que também vejo que temos derrubar esse veto, visto que não está acrescentando custo, desde que haja dotação orçamentária para tal. Uma vez que há dotação, estamos mantendo o custo. Podem falar assim: “De qualquer forma, quando vão pedir o orçamento, o custo estará ali”. Mas um GPS hoje traz mais segurança, como o próprio Delegado Heli Grilo falou aqui agora. Há até o próprio seguro, que é mais barato se tiver GPS. Há a questão de ter o controle de onde os carros estão, o que inibe que o funcionário público utilize o carro para os seus próprios benefícios e também está bem claro que está prevista a dotação.

Só queria dar um recado ao André Quintão para que abra o olho, porque tem gente querendo tomar o lugar dele aqui na Casa. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho Sintrocel* – Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes à Mesa. Dirijo-me a todos os deputados e a todas as deputadas aqui do Plenário para que a gente possa, mais uma vez, na mesma linha que os outros deputados que me antecederam, os deputados Alencar, Heli Grilo e agora Bartô, falar da importância desse projeto. Um projeto que apresentamos e aprovamos na última legislatura e que agora recebeu o veto do governador.

Tive a oportunidade de conversar com quase a unanimidade dos deputados e deputadas aqui presentes. Em todos os momentos em que a gente argumentava sobre o objetivo e o alcance do projeto, havia uma convergência muito grande por parte dos deputados sobre a sua importância para o serviço público, ao mesmo tempo garantindo austeridade e agilidade.

E agradeço a todos que me antecederam, agradeço muito aos deputados Alencar, Bartô e Heli Grilo. O mesmo alcance que ele tem para os veículos da segurança pública também tem para os veículos da área da saúde, agilizando e dando oportunidade de socorrerem as pessoas mais rápido, quando chamados para atender num serviço de saúde pública do Estado de Minas Gerais.

Não vou me delongar, não vou tomar tempo, porque todos os deputados que me antecederam já justificaram de forma muito tranquila. Fico muito agradecido por toda a defesa. Espero que todos os deputados e deputadas aqui presentes possam votar “não”, derrubando o veto a esse projeto de lei, esse Veto nº 7, dando oportunidade ao povo mineiro para que tenha, nos veículos da segurança pública, nos veículos da saúde pública esse importante instrumento, que, com certeza, vai melhorar, cada vez mais, o serviço público em nosso Estado.

Esse é o meu encaminhamento, presidente. Peço a todos a derrubada do veto do governador.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Depois de tantos encaminhamentos, talvez não fosse tão importante, mas quero trazer aqui uma informação parcial. Não é inteira, porque não tive ainda o cuidado de pesquisar todo o teor, mas é bom lembrar que a legislação brasileira, o Código de Trânsito nacional, já estabeleceu a obrigatoriedade da instalação do rastreamento em toda a frota nacional de veículos. Os veículos novos começarão a ser – não quero dar uma informação sem precisão –, não sei se a partir de 2020 talvez... É uma iniciativa que deveria ter começado em 2015, 2016, mas, por uma série de questões técnicas, como a interferência do Judiciário, isso foi suspenso e voltou. Depois, houve um prazo para a frota velha também ser equipada pelos rastreadores.

O que faz o deputado Celinho Sintrocel é inclusive propor uma medida não só adequada para Minas Gerais, mas diria também didática, se pensarmos no País, para mostrar a viabilidade. Quantos estados já estão implantando esse sistema! Ele é útil, econômico, não gera despesas, aliás antecipa alguma despesa, porque isso, mais cedo ou mais tarde, será uma obrigação do governo. Ele gera despesa e gera economia.

Por todas essas razões, parece que falecem as razões do governo de promover esse veto. Lembro, apenas, que o deputado Celinho antecipa para Minas Gerais o que é bom para o nosso Estado, pois é algo já em implantação no Brasil, que vem em seus percalços. Ele, com inteligência, com sentimento de oportunidade implanta isso por meio desse projeto de lei na nova frota oficial dos veículos de Minas, e, depois, na frota já usada, para que isso demonstre ao País a viabilidade de uma medida tão importante para o conjunto da frota nacional.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – É apenas para deixar claro que o nosso bloco não tem posição formada em relação ao veto que está agora em discussão. Fica aberto para que cada deputado vote com sua consciência.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Em nome do Bloco Minas tem História, encaminhado pela derrubada do veto, reconhecendo, além do compromisso do governador em implementar a medida proposta pelo deputado Celinho Sintrocel, todo o

ganho que se pode ter, na área da segurança, conforme explicitado pelo deputado Delegado Heli Grilo. Encaminhamos pela derrubada do veto, votando “não” ao veto do Sr. governador.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, antes de promover o encaminhamento, quero dizer que há comissões sendo abertas, inclusive a de Segurança Pública. Então, vou aproveitar o encaminhamento, até porque esse é um tema que auxilia muito a segurança pública. Logo, solicitaria que pudesse, inclusive, haver suspensão, logo após a abertura da Comissão de Segurança Pública.

E vou reiterar aqui que essa não é uma questão de governo, como o próprio deputado Gustavo Valadares mencionou. Nós próprios acabamos de votar pela manutenção de um veto do governo. Da mesma forma que agora, é um projeto que é importante para Minas Gerais.

Então, aproveitando aqui a presença do deputado Sargento Rodrigues, da Comissão de Segurança Pública, encaminho o voto “não”, pela derrubada do veto.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Caio Bellote Delgado Marczuk, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 15/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 31/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/5/2019, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de vigias e porteiros.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 29/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 59/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 30/5/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para fornecimento, sob demanda, de flores e ornamentos (coroa de flores e ornamentos para eventos).

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 85/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fortline Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Objeto: mesas de reunião retangulares. Dotação Orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90 (10.1). Licitação: adesão a Ata de Registro de Preços nº 9/2018 da Escola de Formação Complementar do Exército e Colégio Militar de Salvador, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 15/2017.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 34/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo. Objeto do aditamento: revisão dos Anexos IV (Regiões Geográficas), V (Especificações Técnicas) e VI (Categorias da TV Assembleia) do Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2014, a que se refere a subcláusula 1.1 (Lote 1 do objeto) do contrato originário, para alteração de localidades de instalação de 28 dos 167 sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da marca Linear abrangidos pelos anexos revistos e 4ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 12/5/2019 até 11/5/2020, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3. 90 (10.1).

 **ERRATA****ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/5/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/5/2019, na pág. 2, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício da Sra. Maria Dalce Ricas, suprima-se o seguinte:

“(– Anexe-se ao Veto nº 8/2019.)”.